

RELATÓRIO DE GESTÃO 2010 SUEST/ES

GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNASA
FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO 2010
DA SUPERINTENDÊNCIA DA FUNASA NO ESPÍRITO SANTO**

Vitória, Março de 2011

Relatório de Gestão 2010 – Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual do Espírito Santo



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

**MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria-TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (especificar o nº do normativo, se houver)

Vitória, março de 2011



LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

AIDS	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
Ascom	Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde
Casai	Casa de Saúde do Índio
CGCON	Coordenação Geral de Convênios
Dant	Doenças e Agravos não Transmissíveis
Deadm	Departamento de Administração
Densp	Departamento de Engenharia de Saúde Pública
Desai	Departamento de Saúde Indígena
Diadm	Divisão de Administração
Diesp	Divisão de engenharia de Saúde Pública
Dsei	Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena
DST	Doença Sexualmente Transmissível
EMSI	Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena
ETA	Estação de Tratamento de Água
FSESP	Fundação de Serviços de Saúde Pública
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
H1N1	Gripe Influenza A
Hiperdia	Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos
HIV	Síndrome de Imunodeficiência Humana
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDH	Índice de Desenvolvimento Urbano
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LOA	Lei Orçamentária Anual
MPGO	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS	Ministério da Saúde
MSD	Melhorias Sanitárias Domiciliares
NA	Não se Aplica
Nict	Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica
OCI	Órgão de Controle Interno
ONG	Organização não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCCU	Prevenção do Câncer do Colo do Útero
Pesms	Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social
PEV	Posto de Entrega Voluntária
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
PSMSO	Programa Controle Médico de Saúde Ocupacional
Ride	Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico
RP	Restos à Pagar
SAA	Sistema de Abastecimento de Água
Saae	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Semsa	Secretaria Municipal de Saúde de Aracruz
SIAB	Sistema de Informação de Atenção Básica
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Siape	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos



Siasg	Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais
Siconv	Sistema de Gestão de Convênios, Contrato de Repasse e Termos de Parceria
Sigesan	Sistema Gerencial de Projetos de Saneamento
Sigob	Solução Integrada de Gestão de Obras
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
Siorg	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SNAB	Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde
SNPES	Secretaria Nacional de Projetos Especiais de Saúde
Socap	Setor de Capacitação
Sucam	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
Suest-ES	Superintendência Estadual do Espírito Santo
SUS	Sistema Único de Saúde
TB	Tuberculose
TC	Termo de Convênio
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TR	Termo de Referência
UBSI	Unidade Básica de Saúde Indígena
UJ	Unidade Jurisdicionada
Upag	Unidades Pagadoras
URCQA	Unidade Regional de Controle da Qualidade da Água



LISTA DE TABELAS

Quadro 1	Identificação da UJ
Quadro 2	Qualificação da Superintendência Estadual
Quadro 3	Identificação do Programa de Governo
Quadro 4	Identificação de Ação
Quadro 5	Identificação de Subação
Quadro 6	Identificação de Ação
Quadro 7	Identificação de Subação
Quadro 8	Identificação de Subação
Quadro 9	Identificação de Subação
Quadro 10	Identificação de Subação
Quadro 11	Identificação de Subação
Quadro 12	Identificação de Subação
Quadro 13	Identificação de Subação
Quadro 14	Identificação de Subação
Quadro 15	Identificação de Subação
Quadro 16	Identificação de Subação
Quadro 17	Identificação do Programa de Governo
Quadro 18	Identificação de Ação
Quadro 19	Identificação de Subação
Quadro 20	Identificação de Ação
Quadro 21	Identificação de Subação
Quadro 22	Identificação de Ação
Quadro 23	Identificação de Subação
Quadro 24	Identificação de Ação
Quadro 25	Identificação de Subação
Quadro 26	Identificação de Subação
Quadro 27	Identificação de Ação
Quadro 28	Identificação de Subação
Quadro 29	Identificação de Ação
Quadro 30	Identificação de Subação
Quadro 31	Identificação do Programa de Governo
Quadro 32	Identificação de Ação
Quadro 33	Identificação de Subação
Quadro 34	Identificação de Ação
Quadro 35	Identificação de Subação
Quadro 36	Identificação de Ação
Quadro 37	Identificação de Subação
Quadro 38	Identificação de Programa de Governo
Quadro 39	Identificação de Ação
Quadro 40	Identificação de Subação
Quadro 41	Identificação de Ação
Quadro 42	Identificação de Subação
Quadro 43	Identificação de Programa de Governo
Quadro 44	Identificação de Ação
Quadro 45	Identificação de Subação
Quadro 46	Identificação de Ação
Quadro 47	Identificação de Subação



Quadro 48	Identificação de Subação
Quadro 49	Identificação de Ação
Quadro 50	Identificação de Subação
Quadro 51	Resumo da Execução Física das Subações Realizadas pela UJ
Quadro 52	Identificação das Unidades Orçamentárias
Quadro 53	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
Quadro 54	Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação
Quadro 55	Despesas Correntes por Grupos e Elementos de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação
Quadro 56	Indicadores da Área de Comunicação e Educação em Saúde
Quadro 57	Indicadores de Saúde Indígena
Quadro 58	Indicadores de Saneamento Ambiental
Quadro 59	Situação dos Restos à Pagar de Exercícios Anteriores
Quadro 60	Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação Apurada em 31/12/2010
Quadro 61	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/2010
Quadro 62	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12/2010
Quadro 63	Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12/2010
Quadro 64	Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12/2010
Quadro 65	Composição do Quadro de Estagiários
Quadro 66	Quadro de Custos de RH nos Exercícios 2008, 2009 e 2010
Quadro 67	Contratos de Prestação de Serviço de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva
Quadro 68	Contratos de Prestação de Serviço com Locação de Mão-de-obra
Quadro 69	Distribuição de Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão-de-obra
Quadro 70	Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio de Contrato de Repasse
Quadro 71	Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse
Quadro 72	Estrutura de Controles Internos da UJ
Quadro 73	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros
Quadro 74	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da união sob Responsabilidade da UJ
Quadro 75	Utilização de Cartões de Pagamento
Quadro 76	Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício
Quadro 77	Declaração Plena do Contador



SUMÁRIO

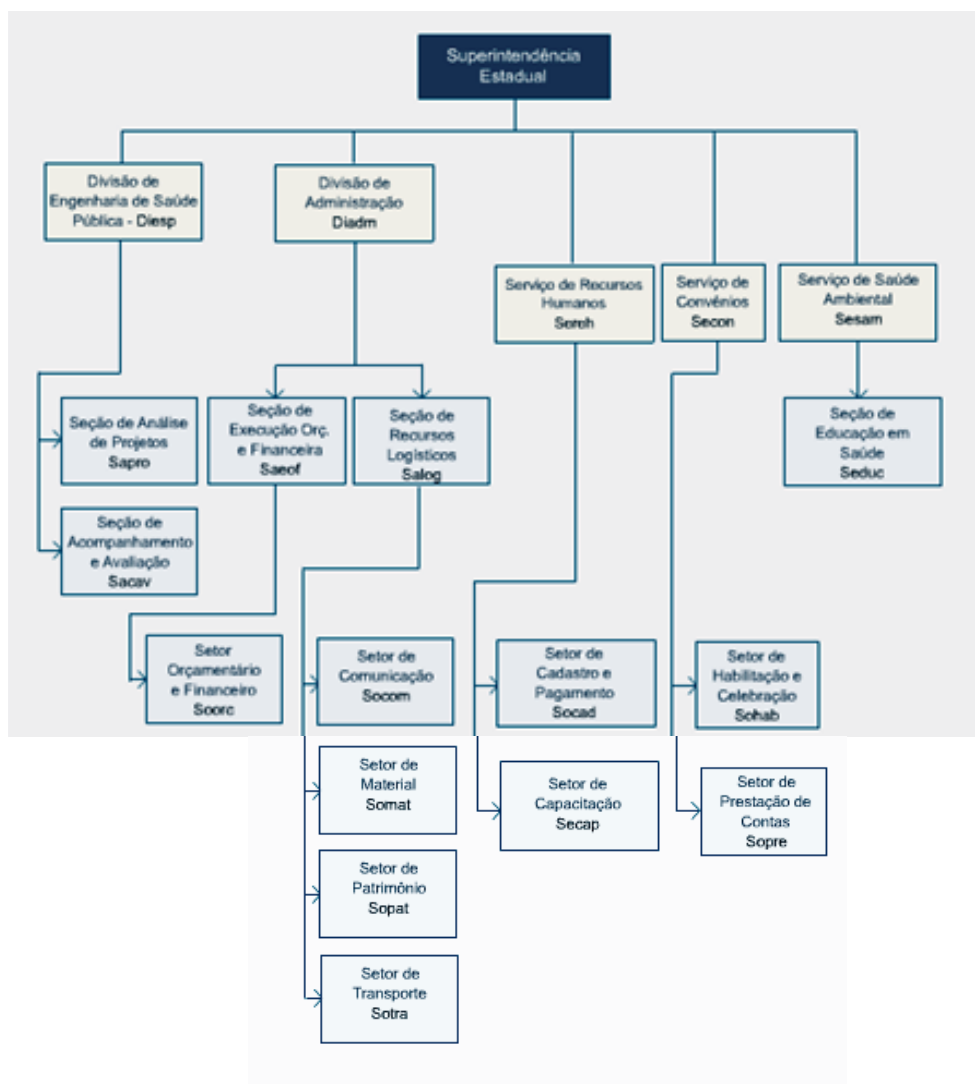
1. INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONDA	10
1.1 Identificação da UJ - Relatório de Gestão individual	10
1.2 Qualificação da Superintendência Estadual	10
2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE	11
2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade	11
2.2 Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	12
2.3 Subações sob a Responsabilidade da UJ	16
2.3.1 Quadro Resumo da Execução Física das Subações Realizadas pela UJ	42
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro	56
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	56
2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes	56
2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital	56
2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas	56
2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	57
2.4.1.5 Análise crítica	58
2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa	58
2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	59
2.4.2.1.1 Despesa por Modalidade de Contratação	59
2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	59
2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	59
2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	60
2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	61
2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupos e Elemento de Despesa dos Créditos recebidos por Movimentação	66
2.4.2.2.3 Análise Crítica	69
2.4.3 Indicadores Institucionais	70
3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	75
3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	75
4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	75
4.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	75
4.2 Análise Crítica	76
5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE	77
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	77
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	78
5.3 Composição do Quadro de Estagiários	78
5.4 Quadro de Custos de Recursos Humanos	80



5.5	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	81
5.6	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	83
6.	INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS	84
6.1	Transferências Efetuadas no Exercício	84
	6.1.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2010	84
	6.1.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.	84
	6.1.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse	84
	6.1.4 Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio e de Contratos	85
	6.2 Análise Crítica	85
7.	REGISTROS ATUALIZADOS NO SISTEMA SIASG E SICONV	86
8.	DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS	86
9.	INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ	87
10.	INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	89
	10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	89
11.	INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	90
	11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	90
12.	INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	92
	12.1 Gestão de Tecnologia da Informação	92
13.	UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO	93
14.	INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	94
15.	PROVIDÊNCIA ADOTADAS PARA ATENDER AS DELIBERAÇÕES DO TCU	94
	15.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	94
	15.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	96
	15.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	96
	15.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	96
16.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	112
	16.1 Declaração Plena, com Reserva ou Adversa	112
17.	CONCLUSÃO	113



ORGANOGRAMA FUNCIONAL





1. INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1. Identificação da UJ - Relatório de gestão individual

Quadro 1 – Identificação da UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo / Ministério da Saúde			
Órgão de Vinculação: Funasa			Código SIORG: 2207
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Nacional de Saúde			
Denominação abreviada: Funasa			
Código SIORG: 2207		Código LOA: 36211	Código SIAFI: 255008
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo			
Principal Atividade: PROMOÇÃO DE PROGRAMAS DE SAÚDE; FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL			Código CNAE: 8412-4/00
Telefones/Fax de contato:		((27) 3335.8255	(27) 3335.8149
E-mail: corees.gab@funasa.gov.br			
Página na Internet: http://www.funasa.gov.br			
Endereço Postal: Rua Moacyr Strauch, 85 – Praia do Canto – Vitória – ES – Cep: 29.055-630			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
25500	Fundação Nacional de Saúde		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
255008	Superintendência Estadual do Espírito Santo		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
255008		255008	

1.2. Qualificação da Superintendência Estadual

Quadro 2 – Qualificação da Superintendência Estadual

Nome do Superintendente Estadual	Nilton José de Andrade
População do Estado	3.351.669
Nº. de Municípios abrangidos pela SUEST	78
População Indígena do Estado	3.038

Nome do Dsei	MG/ES
População Indígena abrangida pelo Dsei	3.038
Número de Pólos-Base	01
Número de Casais	0
Número de Aldeias	07
Etnias Indígenas	Guarani e Tupiniquim



2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade

A Fundação Nacional de Saúde – Funasa, órgão executor público vinculado ao Ministério da Saúde – MS, foi criada por meio da Lei nº. 8.029 de 12/04/1990 e regulamentada pelo Decreto nº. 100, de 16/04/1991, basicamente a partir da fusão dos órgãos: Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – Sucam e Fundação Serviços de Saúde Pública – Fsesp. Foi transferido ainda para a Funasa, a Secretaria Nacional de Projetos Especiais de Saúde - Snpes e setores da Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde – Snab. A Funasa atua com duas áreas finalísticas: Saneamento Básico e Ambiental e Saúde Indígena.

Com relação à área de Saneamento, a Funasa traz experiências advindas da Fsesp. Em 2006, através dos Projetos Especiais em parceria com o Incra e Ibama, passou a atuar em área de interesse social, localidades com população inferior a 2.500 habitantes, incluindo as comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e indígenas e ainda, nos municípios de até 30 mil habitantes.

Após a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, as prioridades foram ampliadas e estendidas aos municípios com até 50 mil habitantes, priorizando grupos sociais minoritários e estratégicos como comunidades quilombolas e indígenas de todo o País. As ações do PAC serão implementadas de 2007 a 2010 e a intenção é promover a inclusão social por meio de ações de saneamento.

Os serviços de saneamento são básicos para a saúde pública, devem ser abrangentes e geridos com a participação da sociedade, por meio de diversos mecanismos de controle social existentes, conforme Lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007, a fim de garantir a sustentabilidade das ações implementadas. Deve ainda, ser acessível a toda população, independente do grau socioeconômico e de sua localização, urbana ou rural.

O Ministério da Saúde, por intermédio da Funasa, direciona apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento de ações de saneamento ambiental e Engenharia de Saúde Pública voltados para prevenção e controle de doenças.

O setor saúde tem buscado a integração entre as políticas públicas de saúde e de saneamento. A partir da definição de prioridades com base nos indicadores de saúde, a Funasa prioriza o atendimento aos municípios com maior índice de mortalidade infantil, menores índices de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede a qualidade de vida e baixa cobertura na área de saneamento.

Nesse sentido, a Funasa faz assessoramento técnico e financeiro, análise e acompanhamento de projetos nas seguintes áreas: sistemas de abastecimento de água; sistemas de tratamento e destinação de resíduos sólidos; sistemas de esgotamento sanitário; melhorias sanitárias domiciliares, drenagem em áreas endêmicas de malária; melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas e fomenta a educação em saúde.

A partir do processo de estruturação e implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Fundação Nacional de Saúde



assumiu, no período de 1999 a 2010, a responsabilidade de operacionalização das ações de saúde para os povos indígenas, promovendo uma ampla e profunda estruturação institucional para dar conta de tamanho desafio.

No entanto, o exercício de 2010 foi notoriamente marcado por profundas mudanças institucionais nessa área, com a publicação do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transfere a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, competência até então da Funasa, para o Ministério da Saúde.

Cabe a Funasa, no período de transição de 180 dias, assegurar todo o apoio administrativo necessário, para que não ocorra prejuízo das ações e dos serviços prestados aos povos indígenas.

Dessa forma, a Funasa desenvolve programas de saúde e saneamento que visam à promoção, proteção e recuperação da saúde dessas populações, de acordo com o perfil epidemiológico e a condição sanitária de cada comunidade, respeitando os aspectos etnoculturais, compreendendo a organização dos serviços, capacitação de recursos humanos, execução das ações de atenção básica, fomento a estudos, pesquisas, participação comunitária e controle social.

A Funasa atua com Unidades descentralizadas, Superintendências Estaduais (Suests), em cada estado, que tem como competências regimentais: coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades da Funasa nas suas respectivas áreas de jurisdição. A Superintendência Estadual da Funasa no Espírito Santo – Suest/ES, atua em todos os municípios do Estado do Espírito Santo. Procura contemplar a população das áreas prioritárias com ações de saneamento, tendo como base os indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e sociais.

2.2 Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

▪ Divisão de Engenharia de Saúde Pública - Diesp

No ano de 2010, a atuação do Diesp priorizou as ações voltadas para a área indígena, área remanescente de quilombos, análise de projetos, acompanhamento de obras e prestação de contas de convênios e também, a cooperação técnica com os Serviços Autônomos de Água e Esgoto – SAAE (24), nas áreas de assessoria técnica de engenharia e administrativa.

Especificamente para as áreas indígenas, remanescentes de quilombos e SAAE's, foram desenvolvidos projetos técnicos de engenharia de saúde pública (água/esgoto/msd) pelos profissionais, engenheiros, topógrafos e projetistas lotados na Divisão. Cabe ressaltar também, as ações voltadas para o monitoramento da qualidade da água, desenvolvidas pela Unidade Regional de Controle da Qualidade da Água – URCQA-ES, nas áreas indígenas, quilombolas e SAAE's que não possuem laboratórios estruturados.

A logística, no que se referem os recursos para diárias, equipamentos (computadores, GPS, etc.) e veículos para deslocamento dos técnicos no desenvolvimento de suas atividades são destaques positivos, mas ainda há insuficiência de pessoal, tanto na área técnica, ocasionando uma sobrecarga de atividades para os mesmos, quanto na área de apoio ao desenvolvimento das atividades de engenharia.



Com relação às dificuldades, salientamos a demora no tempo de tramitação dos processos licitatórios pelo fato da Procuradoria estar localizada em São Paulo; Ausência de manuais de normas e procedimentos que respaldem os técnicos no desenvolvimento de suas atividades profissionais, principalmente no que tange à análise, acompanhamento e prestação de contas de convênio; A insuficiência da rede de postos credenciados pra abastecimento. Por fim, citamos as instalações prediais impróprias para o desenvolvimento das atividades laborais.

Outro ponto que devemos destacar é a insuficiência de pessoal, tanto na área técnica quanto na área de apoio ao desenvolvimento das atividades de engenharia na Funasa, que se agrava a cada ano. A falta de recursos humanos em número adequado tem levado a uma sobrecarga de atividades para os técnicos e as providências adotadas (concurso público), no sentido de recompor a força de trabalho, foram frustradas. Hoje, cada profissional é responsável por, aproximadamente, 13 municípios. Isso representa, em média, 30 convênios/profissional que são acompanhados, incluindo análise para celebração, acompanhamento e prestações de contas parciais e finais de convênios.

A Divisão de Engenharia de Saúde Pública realizou várias das ações e metas pactuadas no plano operacional. A dificuldade encontrada, no que se refere à celebração de convênios, se dá em função, na maioria dos casos, da estrutura técnica precária dos proponentes (Prefeituras), que apresentam projetos incompletos gerando um grande número de pendências.

▪ **Criação do primeiro Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico**

Uma das ações mais relevantes, no que diz respeito a melhoria da gestão dos serviços de saneamento ofertados à população, foi a sensibilização e articulação junto as prefeituras sobre a necessidade de implantação de um consórcio intermunicipal de saneamento básico no Estado. A Funasa promoveu diversas reuniões com prefeitos dos 24 municípios, que detém a gestão das ações de saneamento, por meio de um Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Também foram feitas várias reuniões individuais, com a presença do superintendente estadual e técnicos, no intuito de explicar as vantagens que a gestão associada pode proporcionar como: compras compartilhadas de insumos e equipamentos, montagem de equipe especializada em elaboração de projetos de engenharia para os municípios, entre outros.

A criação de um Consórcio Público destinado a assessorar as prefeituras nas ações do setor de saneamento foi apontada como a principal forma de melhorar os índices de cobertura de saneamento nas regiões capixabas. Atualmente, aproximadamente 1/3 do Espírito Santo é atendido exclusivamente, por serviços municipais de saneamento, os SAAEs.

O Consórcio Público é uma das maiores inovações proporcionadas pelas Leis 11445/07 e 11.107/05. A partir de uma gestão de bacias por meio de consórcios, podemos enxergar alternativas em grupo e solucionar problemas comuns, como a falta de capacidade técnica, por grande parte dos municípios para elaboração de projetos de engenharia.

Em dezembro de 2010 foi assinado um termo de adesão para criação do referido consórcio por todos os gestores que contam com os serviços do SAAE em suas cidades. A minuta do protocolo de intenções e estatuto do consórcio já estão em fase de confecção, com o apoio da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae) e Funasa.



▪ **Cooperação Técnica**

No campo da cooperação técnica e administrativa, prestou assessoria aos 24 (vinte e quatro) Saaes conveniados, atendendo a todas as demandas e realizando mais de 40 visitas para acompanhamento de ações de saneamento básico e apoio a gestão.

Foram elaborados 02 projetos para abastecimento de água, 03 projetos para esgotamento sanitário e 18 orientações de levantamentos para elaboração de projetos. Foram ainda realizados levantamentos em áreas indígenas e projetos de implantação e ampliação de redes de abastecimento de água em 07 aldeias e 03 comunidades indígenas. Além disso, foram feitas visitas técnicas para subsidiar relatórios de obras de convênio, prestação de contas inicial e final.

Por intermédio da URCQA, auxiliou no monitoramento para o controle da qualidade da água em 81 sistemas abastecimento públicos de água. Além disso, os técnicos da Suest-ES realizaram o monitoramento da qualidade da água em 69 sistemas públicos de abastecimento de comunidades quilombolas, nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra e 12 sistemas nas aldeias indígenas.

Outra ação importante realizada durante o ano foi o atendimento, em caráter emergencial, em 11 cidades dos estados de Alagoas e Pernambuco vítimas de enchentes. A Suest-ES deslocou técnicos e sua Unidades Móvel de Controle da Qualidade da Água (UMCQA) para os estados atingindo durante um mês, para promover ações de monitoramento para o controle da qualidade da água.

▪ **Divisão de Administração - Diadm**

a) A atual Divisão de Administração - Diadm, anteriormente denominada Serviço de Administração – Seadm, tem sob sua responsabilidade as Seções de Recursos Logísticos, Execução Orçamentária e Financeira e a Gestão de Contratos; os Setores de Comunicação, Transporte, Materiais, Patrimônio e Orçamentário.

b) Em 2010, a Diadm trabalhou com o objetivo principal de manter a funcionalidade dos serviços, para possibilitar o desenvolvimento de todas as áreas que compõem esta Suest-ES.

c) Conforme consta no Relatório de Gestão de 2009, a parceria com o Núcleo do Ministério da Saúde, com vistas à manutenção predial do prédio onde funciona a Fundação e aquele Núcleo, **não ocorreu** conforme o combinado em 2009. Assim, a Superintendência promoveu processo licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico, para contratação de empresa especializada em manutenção predial, abrangendo todos os serviços de eletricidade, hidráulica e refrigeração para conserto e manutenção dos aparelhos de ar condicionado, o qual foi exitoso, culminando com a contratação da empresa Himalaia Refrigeração e Conservação Ltda., cujo contrato foi firmado em 07/10/2010. Aludidos serviços são prestados no próprio prédio da FUNASA/Suest-ES.

d) O relato de 2009 sobre a questão de motoristas para atender à saúde indígena, que sobrecarregava, sobremaneira, a Seção de Transporte, por falta de motoristas, foi solucionado com a contratação da empresa TOP Serviços de Enzeamento Ltda – ME, a qual disponibilizou 06 motoristas para atender àquela área, nas Aldeias de Boa Esperança, Caieiras Velha, Irajá, Comboios e Pau Brasil.



Atualmente a Funasa/Suest-ES conta com 10 motoristas oficiais e apenas 08 veículos, em face de que 07 veículos foram transferidos para a Saúde Indígena.

Considerando a necessidade de recomposição da frota da Funasa/Suest-ES, para atender às novas demandas desta Superintendência, necessitamos adquirir pelo menos mais 06 veículos. Essa é uma demanda **urgente** e **prioritária** para 2011.

e) Desde que assumimos a área de Administração desta Funasa, juntamente com os nossos parceiros da Logística, Financeiro e Gestão de Contratos, temos como grau de dificuldade mais elevado para o bom desempenho das nossas funções, o estado em que se encontram as instalações do prédio onde funcionam a Suest-ES e o Núcleo do Ministério da Saúde.

Com mais de 30 anos de construções e pela sua proximidade com o mar, onde a corrosão pela maresia é mais intensa, o prédio sede não recebeu nenhuma manutenção preventiva das suas instalações. Hoje as condições de conservação da edificação estão totalmente comprometidas e com urgência de investimento. É preciso contratar uma empresa de estudos e projetos, avaliar as reais condições do prédio e o que é possível e necessário fazer. Após isso, licitar a obra de reforma o que exige tempo. Se não iniciarmos imediatamente o processo, os resultados ficarão, ainda, para 2012.

Ainda relacionado à reforma da sede da Superintendência, informamos que grande parte das **recomendações técnicas (sede) do Planejamento anual de 2010**, não foram cumpridas, devido as condições físicas do prédio. As ações dependem da reforma geral e os recursos ainda não foram descentralizados pela Unidade Central (Funasa – Presidência).

f) Dados referentes à Seção de Recursos Logísticos:

Temos 8 (oito) pontos básicos para garantir o bom funcionamento desta Superintendência, conforme resumimos abaixo:

g.1 – Reforma do prédio da Funasa;

g.2 - Aquisição de veículos para atender às novas demandas da Funasa;

g.3 - Utilização do Cartão Corporativo para pequenas despesas;

g.4 - Entraves nos processos licitatórios;

g.5 - Carência de pessoal efetivo;

g.6 - Dificuldades na capacitação de servidores;

g.7 - Espaço físico/reforma do prédio/atendimento das necessidades de espaço da Suest-ES e do Núcleo do Ministério da Saúde, que funcionam no mesmo local.

g) **Principais dificuldades da Diadm:**

Por fim, as dificuldades enfrentadas continuam as mesmas de 2009, com o agravamento da falta de pessoal, face ao término do contrato de terceirizados em dez/2010, sem a reposição por servidores efetivos, já solicitada e até o momento, não atendida.

Com a aposentadoria de alguns servidores que ocorrerá num curto espaço de tempo, em alguns casos nesse ano corrente, a deficiência de pessoal tende a se agravar e necessita de tratamento **especial e urgente**.



2.3 Subações sob a Responsabilidade da UJ

Quadro 3 – Identificação do Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0150	Denominação: Proteção e Promoção dos Povos Indígenas
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Reorganizar e fortalecer o sistema nacional de política indigenista	
Objetivos Específicos: Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral.	
Gerente: Márcio Augusto Freitas de Meira – Ministério da Justiça	Responsável: Wanderley Guenka – Funasa
Público Alvo: Povos Indígenas	

Fonte: Sigplan

Quadro 4 – Identificação da Ação

Identificação da Ação
Denominação: 6140 - Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Combater a desnutrição na população indígena
Descrição: Cadastramento das famílias indígenas no Cadastro Único; dotação extensiva de equipamento adequado para atenção alimentar e nutricional. Fomentar a alimentação saudável de acordo com as especificidades etno - culturais. Contribuir na formulação e implantação das políticas intersetoriais de segurança alimentar, gestão ambiental e desenvolvimento sustentável dos povos indígenas. Garantir a inclusão das populações indígenas nos instrumentos governamentais visando uma alimentação saudável e compatível com sua cultura.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Wanderley Guenka
Unidade Executora: Departamento de Saúde Indígena (DESAI)

Fonte: Sigplan

Quadro 5 – Identificação da Subação

Identificação da Subação					
40537 – Implementação das Ações de Vigilância Alimentar e Nutricional nas Áreas Indígenas					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional, em pelo menos, 75,29% das crianças menores de 05 (cinco) anos.	% de crianças menores de 05 anos acompanhadas	%	75,29%	52,75	70,06
Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional, em pelo menos, 96,50% das gestantes.	% de gestantes acompanhadas	%	96,50%	65,07	67,43

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamSUS

Com relação às crianças acompanhadas, a baixa cobertura dos sete primeiros meses refletiram na média percentual do ano. As principais dificuldades enfrentadas foram o cadastro manual



das crianças menores de cinco anos até março de 2010, quando começamos a trabalhar com planilhas do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena – Siasi; a exoneração da nutricionista, capacitada em dezembro de 2009, ficando vaga a coordenação do programa, prejudicando o preenchimento dos mapas diários do Sisvan I; dificuldade por parte das equipes multidisciplinares em registrar os dados; deficiência na articulação entre as esferas de governo (Secretária Municipal de Saúde de Aracruz –Semsa-, Suest-ES e Dsei MG/ES) dificultando a adoção de um fluxo adequado de informações; desestímulo das equipes diante da situação instável politicamente vivida pelo município de Aracruz, que resultou em concursos público e contratações.

Apesar disso, no segundo semestre foi promovido um evento de mobilização sobre a importância da alimentação saudável, com ações educativas e pesagens coletivas - “Dia mundial da alimentação na aldeia do ES”. Outra ação que proporcionou melhora na cobertura foi a pesagem obrigatória do programa “Bolsa Família”.

No que se refere às gestantes, além de algumas das dificuldades elencadas acima, observou-se que o acompanhamento das mesmas, por estarem vinculado às consultas de pré-natal, resultam em baixa cobertura. Como também foi priorizado pela nutricionista o acompanhamento as crianças até cinco anos de idade. Finalizando, o acompanhamento das gestantes foi feito somente com peso no pré-natal. Após a contratação da nova nutricionista em julho de 2011, foi possível complementar os dados antropométricos.

Como propostas para o alcance dos índices, posteriormente, é necessário promover ações sócio-educativas voltadas para realidade de cada aldeia, com o intuito de estimular as mães sobre a importância da vigilância alimentar e nutricional; implementar as ações do Sivan I, com ênfase na execução do protocolo de acompanhamento das crianças com diagnósticos nutricionais comprometidos (muito baixo peso, baixo peso, risco nutricional e sobrepeso) e aproveitar eventos rotineiros de vacinação, HIPERDIA e outros para fazer pesagem coletiva das crianças e gestantes.

Quadro 6 – Identificação da Ação

Identificação da Ação
Denominação: 8743 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Disponibilizar serviços de saúde aos povos indígenas.
Descrição: Assistência à saúde no âmbito dos DSEI: contratação de recursos humanos de nível médio e superior; aquisição de insumos estratégicos (medicamentos, imunobiológicos e correlatos) deslocamento das equipes multidisciplinares de saúde indígena e das equipes técnicas (aéreo, terrestre e fluvial) incluindo diárias e passagens; manutenção dos postos de saúde, dos pólos base e das casas de saúde do índio - CASAI (gêneros alimentícios, materiais de expediente, de limpeza e de higiene). Acompanhamento e supervisão sistemática às EMSI. Divulgação e visibilidade das ações realizadas (produção de publicações, manuais, cartilhas e correlatos); desenvolvimento e conclusão de estudos e pesquisa sobre saúde indígena; qualificação de profissionais de saúde de nível médio e superior para execução de ações de saúde para a população indígena; capacitação de lideranças indígenas para atuação como agente indígena de saúde; capacitação de técnicos para atuação na área gerencial das unidades de saúde nos DSEI; realização de educação continuada para as EMSI; capacitação de operadores do SIASI e monitores do DESAI; qualificação de profissionais de saúde e técnicos do DSEI em vigilância em saúde; capacitação para o uso de ferramentas informatizadas; acompanhamento da instalação, manutenção e aplicação de ferramentas informatizadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Wanderley Guenka



Unidade Executora: Departamento de Saúde Indígena (DESAI)

Fonte: Sigplan

Quadro 7 – Identificação da Subação

Identificação da Subação					
40638 – Capacitação de Profissionais e Controle Social na Área de Saúde Indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Promover a participação em eventos de capacitação de profissionais que atuam na saúde indígena.	Participação em eventos	Unidade	33	10	30,30
Realizar, pelo menos, 02 reuniões do Conselho Local de Saúde Indígena.	Reunião realizada	Unidade	02	01	50
Realizar, pelo menos, 02 reuniões do Conselho Distrital de Saúde Indígena.	Reunião realizada	Unidade	02	01	50

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamsUS

As capacitações relativas à área de Saúde Indígena não foram contempladas no Plano Anual de Capacitação (PAC) da Funasa da Suest/ES, embora as mesmas tenham sido submetidas à apreciação da presidência, como também não estavam previstas no PAC do Dsei MG/ES. Por orientação da Unidade central as capacitações deveriam ter seu orçamento submetido à aprovação, mediante projetos e disponibilidade orçamentária. Foram feitos 02 projetos para capacitar profissionais da área de Vigilância Alimentar e Nutricional e profissionais do Programa DST/AIDS, porém os mesmos não foram aprovados e recomendado apresentação no exercício de 2011, já na nova Secretaria Especial de Saúde Indígena, resultando na diminuição do índice alcançado.

Com relação às reuniões de Conselho, por restrições orçamentárias da Unidade central, só foi possível realizar 01 reunião Local e 01 Distrital, até mesmo porque, o objetivo principal a ser discutido nas reuniões previstas (04) foi alcançado nas realizadas.

Quadro 8 – Identificação da Subação

Identificação da Subação					
40198 – Promoção da Educação em Saúde dos Povos Indígenas					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Beneficiar 03 aldeias com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social na Atenção Integral à Saúde dos Povos Indígenas.	Aldeia beneficiada	Unidade	03	0	0

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamsUS



Apesar de constar do Planejamento de 2010 a meta não foi desenvolvida, pois a equipe, composta de apenas dois servidores, envidou esforços para as atividades de educação em saúde voltadas para o saneamento ambiental. Vale ressaltar também, que houve o processo de transferência da Saúde Indígena da Funasa para a Secretaria Especial de Saúde Indígena, ligada ao Ministério da Saúde

Quadro 9 – Identificação da Subação

Identificação da Subação					
40477 – Implementação das Ações de Atenção Integral à Saúde da Mulher Indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar, pelo menos, 04 (quatro) consultas de pré-natal em 60% das gestantes.	% de gestantes com 04 consultas ou mais	%	60	60	100
40% das mulheres na faixa etária de 25-59 anos, com exames de PCCU realizados.	% de mulheres examinadas	%	40	34,82	87,5

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamSUS

Foram realizadas até dezembro de 2010, 402 consultas de pré-natal em uma população de 80 gestantes (100%), o que equivale a cinco consultas por gestante. Portanto, 48 gestantes (60%) realizaram mais de quatro consultas programadas. Com relação aos exames colpocitológicos (PCCU), observa-se que apesar de atividades educativas e da contratação de uma profissional ginecologista, ainda há resistência por parte de algumas mulheres indígenas na realização dos referidos exames. Foram realizados 313 exames em mulheres na faixa etária de 12 a 49 anos de idade (pop. 899 mulheres indígenas).

Quadro 10 – Identificação da Subação

Identificação da Subação					
40438 – Implementação das Ações de Atenção à Saúde da Criança Indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Investigar 100% dos óbitos infantis.	% óbitos investigados	%	100	100	100

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamSUS

Todos os óbitos ocorridos foram investigados. Em 20/03/2010 faleceu uma criança com dois anos e seis meses de idade, portadora de cardiopatia congênita, tendo como causa da morte edema agudo de pulmão. Em 02/05/2010 faleceu outra criança com 44 dias de vida, por aspiração maciça de leite e alimentos regurgitados. Em 16/10/2010, foi a óbito, com seis horas de vida, o neonato que apresentou doença da membrana hialina grave, prematuridade extrema e pneumotórax.



Quadro 11 – Identificação da Subação

Identificação da Subação					
40522 – Implementação das Ações de Atenção à Saúde Bucal para a População Indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Atingir a média de 3,10 procedimentos odontológicos assistenciais básicos.	Média de procedimentos alcançada	Média	3,10	4,04	130,32
Ampliar, em pelo menos, 10% o número de consultas programáticas.	Nº de consultas realizadas	Unidade	865	1.351	156
Ampliar, em pelo menos, 10% a conclusão de tratamento odontológico básico.	Nº de tratamentos concluídos	Unidade	216	337	156
Ampliar, em pelo menos 10%, a média de escovação bucal supervisionada.	Média de escovação bucal realizada	Média	29,31	10,79	36,81

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamSUS

Houve superação no alcance do quantitativo planejado nas três primeiras metas.

Há dificuldades na obtenção dos dados, pois a central de alimentação do sistema de saúde bucal (tabwin) da Secretaria Municipal de Aracruz não processa, em tempo hábil, as informações apuradas nas unidades de saúde das aldeias, motivo pelo qual a subação não estava consolidada até dezembro/2010 no Sistema PlamSUS.

Com relação à escovação dental supervisionada, em 2009 houve uma grande campanha no mês de setembro, o que resultou no alcance de valores acima da média normal, superdimensionando o planejamento de 2010, até mesmo porque a Unidade central sugere não haver diminuição dos quantitativos a serem alcançados no ano posterior.

Quadro 12 - Identificação da Subação

Identificação da Subação					
40557 – Implementação das Ações de Prevenção e Controle de DST/HIV/AIDS					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Testar 100% das gestantes para HIV.	% de gestantes testadas para HIV	%	100	0	-
Testar 100% das gestantes para sífilis.	% de gestantes testadas para sífilis	%	100	0	-
Realizar sorologia para hepatites virais em 100% das gestantes.	% de gestantes com sorologia para hepatites virais	%	100	0	-



	realizada				
Testar 100% dos parceiros das gestantes com exame positivo para HIV/ Sífilis e HV.	% de parceiros testados	%	100	0	-
Informar 100% dos casos de HIV, AIDS e Hepatites Virais e outras DST diagnosticadas, no SIASI.	% de casos informados	%	100	0	-
Tratar 100% dos casos de DST diagnosticados por meio da abordagem sintromica.	% de casos tratados	%	100	0	-
Ampliar em 20% a disponibilização de preservativos.	Nº de preservativos disponibilizados	Unidade	2.400	0	-

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamSUS

Em 2010, não houve repasse dos quantitativos alcançados relativos às metas por parte da Secretaria Municipal de Saúde do município de Aracruz. Porém, relacionamos as seguir algumas informações:

- **% de parceiros testados**
 - A ação é realizada nos casos de gestantes acompanhadas pelo pré-natal;
 - Geralmente os parceiros são testados no mês de novembro na campanha Elimina-Sífilis, quando há grande mobilização da comunidade.

- **Nº de preservativos disponibilizados**
 - A distribuição de preservativos é realizada de forma rotineira nas UBSI;
 - O controle de preservativos disponibilizados é feito pela Unidade de Referência do Município;

- **% de gestantes com sorologia para hepatites virais testadas**
 - As gestantes são testadas para sorologia / hepatites virais como rotina do pré-natal;

- **% de gestantes testadas para HIV**
 - Todas as gestantes que fazem o pré-natal são testadas para HIV;

- **% de casos tratados**
 - Os casos diagnosticados são notificados e tratados na Unidade de Referência do Município – Policlínica Vila Rica;

- **% de casos informados:**
 - Estas informações não foram recebidas e não foram cadastradas no SIASI;

- **Medidas necessárias para o cumprimento das ações:**
 - Restabelecer um fluxo de informações entre EMSI/Suest-ES/DSEI/MG-ES;



- A equipe multidisciplinar repassa as informações para a Secretaria de Saúde do Município pelos formulários do SIAB/SINAN e outros, que por sua vez, não informa para a Suest-ES; Estruturar e fortalecer um fluxo de informações e ações técnicas entre a Suest-ES/DSEI/MG-ES;

- As áreas técnicas do DSEI/MG-ES/Suest-ES se reportam ao Município e às UBSI; Os responsáveis técnicos não têm nenhum respaldo institucional para acompanhamento das informações que muitas vezes são conseguidas na informalidade;

- Em abril de 2010 foi elaborado pela Suest-ES uma Oficina de Monitoramento das Ações de DST/AIDS/Hepatites e encaminhada ao Departamento de Saúde Indígena - DESAI, da Unidade central, porém não viabilizada pela instituição. O objetivo da Oficina era discutir as dificuldades na execução das ações; melhorar a relação entre profissionais e instituições envolvidas, reforçar as ações programadas e programar outras visando o alcance das metas, analisar as informações produzidas e redefinir e/ou reforçar o fluxo de informações.

Quadro 13 - Identificação da Subação

Identificação da Subação					
40478 – Implementação das Ações de Controle da Tuberculose e Hanseníase nas Áreas Indígenas					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar busca ativa de sintomáticos respiratórios em 100% das aldeias.	Aldeias com busca ativa realizada	%	100	100	100
Realizar TDO em 100% dos casos diagnosticados.	Casos com TDO realizado	%	100	100	100
Alcançar 100 % de cura dos casos de TB diagnosticados.	Cura alcançada	%	100	100	100
Realizar busca ativa da Hanseníase em 100% das aldeias com registro de casos.	% de aldeias com busca ativa realizada	%	100	100	100

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamSUS

Em 2010 houve dois casos de TB diagnosticados na aldeia de Pau Brasil com TDO (tratamento) realizado. Não houve casos de hanseníase.

Quadro 14 - Identificação da Subação

Identificação da Subação					
40457 - Implementação das Ações de Imunização nas Aldeias					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Alcançar no mínimo, 65% de pessoas com esquema vacinal completo.	Cobertura vacinal alcançada	%	65	69,20	106,46
Alcançar no mínimo, 93% de cobertura vacinal para a vacina Tetravalente, em	Cobertura vacinal alcançada	%	93	100	107,52



menores de 01 ano.					
Alcançar no mínimo, 93% de cobertura vacinal para a vacina oral contra a Poliomielite (VOP), em menores de 01 ano.	Cobertura vacinal alcançada	%	93	100	107,52
Alcançar no mínimo, 93% de cobertura vacinal para a vacina Hepatite B, na faixa etária de 1-4 anos.	Cobertura vacinal alcançada	%	93	96,0	103,22
Alcançar no mínimo, 85% de cobertura vacinal para a Tríplice Viral, na faixa etária de 1-4 anos.	Cobertura vacinal alcançada	%	85	68,0	80,0
Alcançar no mínimo, 93% de cobertura vacinal para a vacina Dupla Adulto, para as mulheres em idade fértil (10- 49 anos).	Cobertura vacinal alcançada	%	93	72,0	77,41
Alcançar no mínimo, 85% de cobertura vacinal para a vacina Tríplice Viral, para as mulheres em idade fértil (10- 49 anos).	Cobertura vacinal alcançada	%	85	69,0	81,17

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamSUS

A cobertura anual foi calculada totalmente no SIASI. Todas as metas de cobertura vacinal propostas no planejamento relativo a imunização foram alcançadas, exceto a Dupla Adulto (dT), que é uma vacina que atinge um público com maior dificuldade de mobilização, e a Tríplice Viral (TV), que teve seu esquema vacinal ampliado para duas doses. Além disso, a baixa cobertura dessas vacinas deve-se ao fato do módulo demográfico do Siasi estar em fase de revisão, sendo ele a base de todos os cálculos. Para alcançar melhores índices é necessário análise e cruzamento de dados do cartão-espelho, que são inseridos no módulo de imunização no sistema, simultaneamente com os do módulo demográfico. Ressaltamos que está sendo realizado um novo recadastramento da população indígena, contando com a participação de técnicos de enfermagem e saneamento, que atuam diariamente nas aldeias.

Quadro 15 - Identificação da Subação

Identificação da Subação					
40462 – Fortalecimento do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena - SIASI					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Enviar, no mínimo, 01 (um) lote mensal para alimentação do SIASI.	Lotes enviados	Unidade	12	28	233,33

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamSUS

O planejamento dessa meta consistia em enviar no mínimo, um lote mensal. Contudo, foram enviados 28 lotes durante o ano, tendo em vista a necessidade de atender ao calendário epidemiológico.



Quadro 16 - Identificação da Subação

Identificação da Subação					
40419 – Implantação das Ações de Vigilância das Doenças e Agravos Não-Transmissíveis					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Implementar a vigilância das DANT (diabetes e hipertensão arterial), em pelo menos, 100% das aldeias.	% de aldeias com vigilância implementada	%	100	100	100

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamsUS

As ações de vigilância da DANT foram implementadas em todas as aldeias. Conforme programação, foram realizadas pela Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígenas as atividades educativas, busca ativa dos faltosos, doação de medicamentos e acompanhamentos dos pacientes cadastrados no Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos (HIPERDIA). Observou-se durante as visitas técnicas alguns problemas a serem resolvidos no HIPERDIA e estabelecido prazo para as devidas correções.

Quadro 17 – Identificação do Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0122	Denominação: Serviços Urbanos de Água e Esgoto
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	
Gerente: Leodegar da Cunha Tiscoski - Ministério das Cidades	Responsável: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Público Alvo: População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.	

Fonte: Sigplan

Quadro 18 – Identificação da Ação

Identificação da Ação
Denominação: 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp)

Fonte: Sigplan



Quadro 19 - Identificação da Subação

Identificação da Subação					
39215 – Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 01 projeto de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água relativos aos pleitos de 2010.	Projeto analisado	Unidade	01	01	100
Analisar 21 projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativos a exercícios anteriores.	Projeto analisado	Unidade	21	10	47,62
Realizar 01 visita preliminar para viabilização de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativas aos pleitos de 2010.	Visita preliminar realizada	Unidade	01	0	0
Realizar 03 visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativas aos pleitos de 2010.	Visita técnica de acompanhamento realizada	Unidade	03	0	0
Realizar 75 visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativas a exercícios anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unidade	75	80	106,67

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamsUS

Os gestores municipais fazem os pleitos e o recurso é empenhado. A grande dificuldade para o cumprimento das metas físicas consiste que nem todos apresentam projetos ou quando apresentam são incompletos, não possibilitando a análise, prejudicando todo o cronograma de trabalho bem como o desenvolvimento da ação. Os municípios são cobrados pela Fundação, através de Ofícios, a regularizarem as pendências. A solução para o problema seria a contratação dos projetos de engenharia com recursos da Funasa.



Além disso, de modo geral, os motivos impeditivos para o alcance das metas citam-se a falta de estruturação no que se refere à quantidade de técnicos para a análise dos projetos e para o acompanhamento das obras, deficiência de apoio logístico (motoristas), priorização no cumprimento das atividades relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Quadro 20 - Identificação da Ação

Identificação da Ação
Denominação: 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando à prevenção e o controle de doenças e agravos.
Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp)

Fonte: Sigplan

Quadro 21 - Identificação da Subação

Identificação da subação					
39196 – Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 55 projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativos a exercícios anteriores.	Projeto analisado	Unidade	55	23	41,82
Realizar 149 visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativas a exercícios anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unidade	149	135	90,60

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamSUS

Os gestores municipais fazem os pleitos e o recurso é empenhado. A grande dificuldade para o cumprimento das metas físicas consiste que nem todos apresentam projetos ou quando apresentam são incompletos, não possibilitando a análise prejudicando todo o cronograma de trabalho, bem como o desenvolvimento da ação. Os municípios são cobrados pela Fundação, através de Ofícios, a regularizarem as pendências. A solução para o problema seria a contratação dos projetos de engenharia com recursos da Funasa.



Além disso, dentre os motivos impeditivos para o alcance das metas, cita-se a falta de estruturação no que se refere à quantidade de técnicos para a análise dos projetos e para o acompanhamento das obras, deficiência de apoio logístico (motoristas), priorização no cumprimento das atividades relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Quadro 22 – Identificação da Ação

Identificação da Ação
Denominação: 20 AF – Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Apoiar técnica e financeiramente os responsáveis pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água visando à melhoria dos procedimentos de controle da qualidade da água e o atendimento dos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação vigente. Proporcionar o financiamento da implantação de unidades de fluoretação da água.
Descrição: Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos envolvidos com a operação e manutenção de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água; financiamento para aparelhamento e implantação de unidades laboratoriais e outras instalações destinadas ao controle da qualidade da água para consumo humano; desenvolvimento de ações de vigilância e controle de qualidade da água em áreas indígenas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp)

Fonte: Sigplan

Quadro 23 - Identificação da Subação

Identificação da Subação					
39177 – Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Apoiar 144 Sistemas Públicos de Abastecimento de Água com a implementação de ações voltadas para o controle da qualidade da água para consumo humano.	Sistemas atendidos	Unidade	144	81	56,25
Apoiar 12 Sistemas de Abastecimento de Água, em áreas indígenas, com a implementação de ações voltadas para o controle da qualidade da água para consumo humano.	Sistemas atendidos	Unidade	12	12	100
Apoiar 69 Sistemas de Abastecimento de Água, em comunidades remanescentes de quilombos, com a implementação de ações voltadas para o controle da qualidade da água para consumo humano.	Sistemas atendidos	Unidade	69	69	100

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamsUS



Com relação a primeira meta, foram realizadas visitas para ações de apoio técnico para sistemas públicos de abastecimento de água quanto à estrutura e funcionamento das ETA's e dos laboratórios de controle da qualidade da água, treinamento de recursos humanos, operações unitárias e dosagens de produtos nas estações, bem como visitas para monitoramento. Foi priorizado o atendimento aos sistemas em que houve solicitação por parte dos gestores, sistemas com demandas urgentes e problemáticas, como também, houve sistemas que receberam mais de uma visita anual. Além disso, a Susest/ES atendeu, em caráter emergencial, onze municípios de Alagoas e Pernambuco afetados pelas enchentes, durante trinta dias. Realizou, ainda, quatro campanhas para coletas e análise para monitoramento de cianobactérias em diversos pontos do Rio Doce, Lagoa Juraranã e Palminhas, durante 30 dias.

O monitoramento nas comunidades quilombolas consistiu em visitas para coleta de amostras para análise físico-químicas e bacteriológicas, de acordo com os padrões de potabilidade de água, exigidos pela Portaria 518/2004/MS. Inclusive com distribuição de hipoclorito de sódio para desinfecção da água. Todos os 69 sistemas são visitados e acompanhados uma vez ao mês. Cabe ressaltar, que no segundo semestre de 2010, 23 sistemas em quatro comunidades quilombolas de Conceição da Barra, por necessidade, foram incluídas no plano de visitas e não estavam previstas no Plano Operacional 2010.

No que se refere às comunidades indígenas, são realizadas visitas para ações de monitoramento da qualidade da água com coleta de amostras para análise físico-químicas e bacteriológicas, de acordo com os padrões de potabilidade de água, exigidos pela Portaria 518/2004/MS. Os doze sistemas são visitados e acompanhados uma vez ao mês.

É oportuno destacar que, para atender a todos os sistemas propostos é necessário ampliar o número de recursos humanos e logísticos, tendo em vista as urgências que podem ocorrer.

Quadro 24 - Identificação da Ação

Identificação da Ação
Denominação: 20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes.
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Promover e apoiar, técnica e financeiramente, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias para o fortalecimento institucional dos modelos de gestão dos serviços públicos de saneamento ambiental de estados e municípios.
Descrição: Promoção de intercâmbio com estados, municípios, entidades de ensino e pesquisa, associações e instituições públicas de saneamento, a partir do repasse de experiências e de recursos financeiros, visando ao desenvolvimento de novas tecnologias e de Programas de modelo de gestão para qualidade dos serviços de controle de perdas, de fomento à capacitação, de aquisição de equipamentos, de controle de qualidade da produção de água, de elaboração de plano diretor de saneamento, dentre outros. Esta ação busca a melhoria contínua do desempenho ambiental em um processo cíclico, em que os atores envolvidos revêm e avaliam, periodicamente, os sistemas de gestão em saneamento ambiental empregados, de modo a identificar oportunidades de melhorias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp)

Fonte: Sigplan



Quadro 25 - Identificação da Subação

Identificação da subação					
39235 – Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Apoiar tecnicamente a melhoria da gestão dos serviços de saneamento em 26 municípios.	Municípios apoiados tecnicamente na gestão dos serviços de saneamento	Unidade	26	24	92,31

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamSUS

A Suest/ES atendeu a todas as solicitações dos municípios, como também, há ocasiões em que o técnico, ao fazer acompanhamento de convênios, presta apoio técnico ao município. No período de 29 de novembro a 01 de dezembro de 2010 foi realizado o “Encontro Funasa, Municípios e Serviços Municipais de Saneamento 2010” que contou com representantes de 21 municípios com serviços autônomos. Foram discutidos vários assuntos de interesse das autarquias, com destaque para assinatura do Termo de Adesão à formação do Consórcio de Saneamento Ambiental pelos gestores presentes

Quadro 26 - Identificação da Subação

Identificação da Subação					
40200 – Fomento à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Apoiar tecnicamente 05 municípios com a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.	Municípios apoiados	Unidade	05	05	100
Analisar 05 planos de trabalho e orçamentos detalhados relativos ao PMSB.	Plano de trabalho e orçamento detalhado analisados	Unidade	05	0	0
Participação em 01 reunião do Comitê de Coordenação de elaboração do PMSB em caráter orientativo.	Participação em reuniões	Unidade	01	01	100
Analisar 05 diagnósticos técnico-participativos dos PMSB.	Diagnósticos realizados	Unidade	05	0	0
Elaborar parecer final referente aos demais produtos contidos no TR.	Parecer elaborado	Unidade	05	0	0

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamSUS



Os municípios contemplados com recursos para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico foram convocados pela Suest/ES para repasse de orientações e informações dos procedimentos a serem adotados, conforme legislação em vigor. Foi disponibilizado um modelo para facilitar a elaboração do Termo de Referência (TR) e esclarecidas as dúvidas suscitadas.

Até o final do ano de 2010 nenhum município apresentou a documentação solicitada.

Quadro 27 – Identificação da Ação

Identificação da Ação	
Denominação: 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental	
Tipo de Ação: Atividade	
Finalidade: Assessorar gestores e técnicos em todos os níveis para o desenvolvimento de ações permanentes de comunicação e educação em saúde, por meio da mobilização social, visando à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento ambiental.	
Descrição: As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento ambiental financiados junto aos estados e municípios pela Funasa têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. A proposta é garantir que as melhorias em saneamento ambiental implementada nos municípios de até 50.000 habitantes, nos projetos das áreas metropolitanas e em áreas especiais (assentamentos, remanescentes de quilombo e áreas extrativistas) integrem-se de forma harmoniosa e sustentável nas comunidades, garantindo a inclusão social por intermédio do acesso das populações vulneráveis aos serviços a que têm direito e colaborando para a adequada e transparente aplicação dos recursos públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria junto a outros projetos e programas de iniciativa governamental e não governamental. Com essas ações, esperam-se iniciativas nos municípios beneficiados. Para tal é necessário o assessoramento técnico qualificado, por intermédio das ações discriminadas a seguir: atuação junto aos gestores e técnicos em todos os níveis visando sensibilizá-los para a importância do desenvolvimento de atividades permanentes de Comunicação e Educação em Saúde; apoio técnico aos profissionais que atuam nas diversas instâncias de governo, representantes de ONGs para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente; ampliação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), financiada por recursos de convênio, para que se torne gerador/estimulador de outros projetos de alcance social; incentivo à integração das ações permanentes de Comunicação e Educação em Saúde a outros projetos sociais / comunitários visando estimular a participação, controle e inclusão sociais, geração de emprego e renda; fomento à organização de estruturas e equipes locais para o desenvolvimento de ações permanentes de Educação em Saúde; incremento ao apoio logístico e de recursos humanos às Assessorias de Comunicação e Educação em Saúde (ASCOM) das Coordenações Regionais da Funasa, por intermédio da aquisição de equipamentos e insumos, pagamento de diárias e passagens, prestação de serviços de terceiros por pessoas físicas e jurídicas visando o cumprimento das ações propostas.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde	
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos	
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp)	

Fonte: Sigplan

Quadro 28 - Identificação da Subação

Identificação da Subação					
40199 – Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Apoiar a implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde em municípios conveniados com a Funasa, com recursos do	Município apoiado	Unidade	20	20	100



PAC.					
Apoiar os municípios na implantação/implementação dos Núcleos de Educação em Saúde nos municípios atendidos com recursos da Funasa.	Município apoiado	Unidade	35	35	100
Apoiar os municípios conveniados com a Funasa, para implantação e/ou implementação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento (outros recursos não PAC) 2007 a 2009.	Município apoiado	Unidade	22	22	100
Sensibilizar e apoiar técnicos e gestores municipais para a implantação e/ou implementação de ações e projetos permanentes de educação em saúde, nos municípios conveniados com a Funasa, contemplados com recursos do PAC.	Município beneficiado	Unidade	20	20	100
Apoiar tecnicamente a realização de projetos de coleta de reciclagem no âmbito do Programa Resíduos Sólidos (catadores) em ações de Educação em Saúde e Mobilização Social.	Projeto apoiado	Unidade	01	0	0
Apoiar os municípios a beneficiarem as comunidades de áreas especiais (quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e assentados), com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social.	Município beneficiado	Unidade	02	02	100
Apoiar tecnicamente os municípios, por meio dos Núcleos Intersetoriais de Cooperação Técnica (NICT), na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).	Município beneficiado	Unidade	05	05	100
Apoiar 31 municípios na implantação de ações educativas referentes ao programa de Educação em Saúde e Mobilização Social–Pesmes, nos convênios celebrados com a Funasa anteriores a 2006.	Município apoiado	Unidade	31	31	100

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamsUS



Foram realizadas visitas aos municípios e contatos telefônicos para esclarecimentos sobre a implantação dos Núcleos Municipais de Educação em Saúde e seus objetivos. Após isso, foram encaminhados Ofícios aos gestores municipais solicitando cópia da Portaria de criação dos referidos Núcleos. Do total de 35 municípios apoiados, 13 criaram seus Núcleos e encaminharam as cópias, conforme requerido. Também foram realizadas reuniões de sensibilização com técnicos e gestores para implementação de ações e projetos permanentes de educação em saúde com municípios conveniados com a Funasa, contemplados com recursos do PAC.

No que se refere às comunidades quilombolas, foram feitas diversas visitas aos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, objetivando orientar sobre ações de educação em saúde relacionadas as obras de Melhorias Sanitárias Domiciliares – MSD, que estão em fase de execução.

Em relação ao apoio técnico para elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) foram promovidas reuniões com os cinco municípios contemplados com recursos da Funasa. Foi disponibilizado ainda, um modelo de Termo de Referência (TR) para contratação de empresa especializada em elaboração deste tipo de projeto.

Ao longo de 2010, foram efetuadas reuniões com gestores e técnicos municipais, bem como orientações por telefone, visando apoiar a realização de ações educativas referentes ao Pesms. Foram emitidos 25 pareceres sobre a comprovação de realização de atividades de Educação em Saúde pactuadas nos convênios.

Quadro 29 – Identificação da Ação

Identificação da Ação	
Denominação: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	
Tipo de Ação: Projeto	
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.	
Descrição: Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Inclui a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde	
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos	
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp)	

Fonte: Sigplan

Quadro 30 - Identificação da Subação

Identificação da Subação					
39255 – Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 09 projetos de implantação de Melhorias	Projeto analisado	Unidade	09	07	77,78



Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos relativos a exercícios anteriores.					
Realizar 39 visitas de acompanhamento de obras de implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos, relativas a exercícios anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unidade	39	36	92,31

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamSUS

O cumprimento da meta física foi prejudicado devido a não apresentação de projetos de engenharia por parte dos municípios ou pela falta de resolução das pendências e correção na documentação técnica apresentada pelo proponente, no caso o Gestor municipal.

Em relação às visitas técnicas para acompanhamento, no momento do planejamento anual, estimou-se um total de 39 visitas, porém não foram necessárias a realização de todas.

Quadro 31 – Identificação do Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1287	Denominação: Saneamento Rural
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.	
Gerente: Faustino Barbosa Lins Filho - Funasa	Responsável: José Raimundo Machado dos Santos - Funasa
Público Alvo: População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta.	

Fonte: Sigplan

Quadro 32 – Identificação da Ação

Identificação da Ação
Denominação: 4641 - Publicidade de Utilidade Pública
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Domingos Augusto Germano Xisto da Cunha
Unidade Executora: Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde (ASCON)

Fonte: Sigplan



Quadro 33 - Identificação da Subação

Identificação da Subação					
40237 – Divulgação permanente da imagem institucional da Funasa nas ações de saneamento de saúde indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Divulgar ações, projetos e programas da Funasa nas áreas de saneamento ambiental e saúde indígena.	Matéria divulgada	Unidade	80	64	80

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamSUS

Ao longo de 2010 foram produzidas 64 matérias jornalísticas. Não foi possível alcançar a meta 80 matérias, pois em se tratando de um ano atípico, devido ao período eleitoral, houve uma redução do número de divulgação na imprensa, por meio de mídia espontânea (sem custo para instituição). Outro fator relevante foi a reestruturação da Funasa, por meio do Decreto nº 7.335, de 19/10/2010, que extinguiu a Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde.

Quadro 34 – Identificação da Ação

Identificação da Ação
7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Propiciar resolutibilidade, em áreas de interesse especial (assentamentos, remanescentes de quilombos e áreas extrativistas) para problemas de saneamento, prioritariamente o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário e as melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, bem como a implantação de oficina municipal de saneamento, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição: Fomento e financiamento a implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água e estação de tratamento, ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos, bem como a implantação de melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, assim como a implantação de oficina municipal de saneamento, compreendendo desde a elaboração do projeto até a sua operação plena.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional da Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp)

Fonte: Sigplan

Quadro 35 - Identificação da Subação

Identificação da Subação					
39236 – Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 02 projetos de saneamento ambiental em assentamento da reforma agrária, relativos aos pleitos	Projeto analisado	Unidade	02	0	0



de 2010.					
Analisar 01 projeto de saneamento ambiental em assentamento da reforma agrária, referentes a exercícios anteriores.	Projeto analisado	Unidade	01	0	0
Analisar 02 projetos de saneamento ambiental em comunidades remanescente de quilombo, referentes a exercícios anteriores.	Projeto analisado	Unidade	02	0	0
Realizar 02 visitas preliminares relativas aos pleitos de 2010.	Visita preliminar realizada	Unidade	02	0	0
Realizar 06 visitas de acompanhamento relativas aos pleitos de 2010.	Visita técnica de acompanhamento exercício 2010 realizada	Unidade	06	0	0
Realizar 10 visitas de acompanhamento de exercícios anteriores (assentamentos da reforma agrária).	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unidade	10	08	80
Realizar 04 visitas de acompanhamento exercícios anteriores (comunidades remanescentes de quilombo).	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unidade	04	15	375

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamSUS

Com relação à análise de projetos, a Suest-ES aguarda que a empresa contratada pela Presidência da Funasa conclua a elaboração dos mesmos para posteriormente, realizar as análises e as visitas técnicas.

No que se refere a visita para acompanhamento de exercícios anteriores nas comunidades quilombolas, foi necessário ampliar o número de visitas para atender de forma satisfatória o andamento dos trabalhos.

Quadro 36 – Identificação da Ação

Identificação da Ação
Denominação: 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar as aldeias de condições adequadas de saneamento básico. Contribuir para redução da morbimortalidade por doenças de veiculação hídrica. Contribuir para o controle de doenças parasitárias transmissíveis por dejetos e contribuir para o controle de agravos ocasionados pela falta de condições de



saneamento básico em áreas indígenas.
Descrição: Instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água com captação, adução, tratamento e distribuição de água, bem como sistemas de reservatórios e de chafariz; implantação de esgotamento sanitário e rede de coleta; melhorias sanitárias nas aldeias (construção de banheiros, privadas, fossas sépticas, pias de cozinha, lavatórios, tanques, filtros, reservatórios de água e similares de resíduos sólidos).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp)

Fonte: Sigplan

Quadro 37 – Identificação da Subação

Identificação da Subação					
39217 – Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Beneficiar 07 aldeias com Sistemas de Abastecimento de Água.	Aldeia beneficiada	Unidade	07	0	0
Beneficiar 07 aldeias com Melhorias Sanitárias Domiciliares.	Aldeia beneficiada	Unidade	07	07	100
Beneficiar 02 aldeias com Sistemas de Esgotamento Sanitário.	Aldeia beneficiada	Unidade	02	02	100
Elaborar 07 projetos de saneamento básico em aldeias.	Projeto elaborado	Unidade	07	07	100
Realizar a contratação de elaboração de 03 projetos de saneamento básico em aldeias.	Projeto elaborado	Unidade	03	0	0
Realizar 10 visitas de acompanhamento de obras do exercício 2010.	Visita técnica de acompanhamento realizada	Unidade	10	0	0
Realizar 20 visitas de acompanhamento de obras de exercícios anteriores.	Visita técnica de acompanhamento exercícios anteriores realizada	Unidade	20	17	85

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamSUS

No que se refere a abastecimento de água, o quantitativo de 2010 refere-se a cinco aldeias com recursos de 2009 mais sete aldeias com recursos do orçamento de 2010.

Nas cinco aldeias com recursos de 2009 as obras foram concluídas. No planejamento para 2010 foi estimado a atendimento em sete aldeias, porém o recurso disponibilizado por Brasília



foi suficiente para apenas quatro e que está em fase de elaboração de projetos de engenharia. Só será considerado como beneficiado, quando forem finalizadas as referidas obras.

Devido a dificuldade de contratar a elaboração dos projetos de reforma dos reservatórios elevados existentes (recuperação de estrutura) os mesmo serão confeccionados pela Suest-ES, no ano de 2011.

Quadro 38 – Identificação do Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo	
Denominação: Resíduos Sólidos Urbanos	
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.	
Objetivos Específicos: Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores	
Gerente: Silvano Silvério da Costa – Ministério do Meio Ambiente	Responsável: José Raimundo Machado dos Santos - Funasa
Público Alvo: População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas.	

Fonte: Sigplan

Quadro 39 – Identificação da Ação

Identificação da Ação
Denominação: 10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusivo de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Apoiar, técnica e financeiramente, os estados e municípios na implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 50.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue.
Descrição: A ação de implantação e ampliação dos sistemas de limpeza pública, acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 30.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue, e será implementada por intermédio das modalidades relacionadas a seguir: a) acondicionamento, coleta e transporte; implantação de sistema de coleta convencional e/ou seletiva, incluindo a aquisição de veículos, material e equipamentos para acondicionamento (cestas e contenedores para Postos de Entrega Voluntária - PEV e Locais de Entrega Voluntária - LEV instalados em logradouros públicos); b) unidades de disposição final - aterros sanitários ou de rejeitos. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura para implantar aterros sanitários, incluindo: acesso; proteção adequada da área (cercamento e barreira vegetal); edificações de controle e apoio (balança, escritório, oficina de reparos, etc.), drenagem pluvial de chorume e de gases, impermeabilização de base, tratamento do chorume e equipamentos para operação. c) unidades de tratamento - triagem e/ou compostagem. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura de implantação de unidades de tratamento de resíduos, bem como galpão para separação de resíduos destinados a catadores, incluindo obras civis, materiais e equipamentos; pátio de compostagem; balança; aterro de rejeitos e equipamentos para a operacionalização da unidade de tratamento. d) erradicação de "lixões" e recuperação das áreas degradadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp)

Fonte: Sigplan



Quadro 40 - Identificação da Subação

Identificação da Subação					
39275 – Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusivo de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 09 projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos, relativos aos pleitos de 2010.	Projeto analisado	Unidade	09	02	22,22
Analisar 26 projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos, relativos a exercícios anteriores.	Projeto analisado	Unidade	26	19	73,08
Realizar 09 visitas de acompanhamento de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos, relativas aos pleitos de 2010.	Visita técnica de acompanhamento realizada	Unidade	09	0	0
Realizar 05 visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos, relativas a exercícios anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unidade	05	07	140

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamSUS

Após out/2010, cinco municípios apresentaram projetos de engenharia relativos aos pleitos de 2010 (Conceição do Castelo, Iconha, Montanha, Ponto Belo e Itarana), sendo que foram analisados dois projetos que estão aguardando solução de pendências por parte dos municípios. Quatro municípios não apresentaram projetos em 2010.

No que diz respeito a análises de exercícios anteriores, foram apreciados 17 projetos de 2009, do total de 18 municípios contemplados. Ainda, foram analisados um convênio de 2007 e um de 2008. Os municípios nem sempre encaminham os projetos quando contemplados ou apresentam incompletos. É necessária a entrega dos projetos, em tempo hábil, para possibilitar a análise.

Quadro 41 – Identificação da Ação

Identificação da Ação
Denominação: 20AM - Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Aumentar a produtividade do processo de coleta e reciclagem de materiais acompanhados do



desenvolvimento de atividades educativas, informativas e de comunicação, visando à mobilização dos catadores para a prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pelas condições de trabalho a que estes estão submetidos.

Descrição: A ação de Apoio à Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e será implementada por intermédio das modalidades abaixo relacionadas: a) Implantação, ampliação ou melhoria de Unidades Básicas de Materiais Recicláveis, assistência técnica, aquisição de máquinas, equipamentos e insumos e desenvolvimento institucional; b) Assessoramento tecnicamente aos representantes de empresas públicas, fundações ou organizações não governamentais na elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos

Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp)

Fonte: Sigplan

Quadro 42 - Identificação da Subação

Identificação da subação					
39365 – Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Acompanhar termo de parceria (Oscip) de exercícios anteriores	Termo de parceria acompanhado	Unidade	01	01	100

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamSUS

O termo de parceria foi acompanhado.

Quadro 43 – Identificação do Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo
Tipo do Programa: Apoio às Políticas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Não definido	
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos	
Gerente: Não se aplica	Responsável: Carlos Luiz Barroso Junior - Funasa
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

Quadro 44 – Identificação da Ação

Identificação da Ação
Denominação: 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
Tipo de Ação: Não informado
Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental.
Descrição: Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
Coordenador da Ação: Carlos Luiz Barroso Junior
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEADM)

Fonte: Sigplan



Quadro 45 - Identificação da Subação

Identificação da subação					
40258 – Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar exames periódicos em 100% dos servidores ativos, empregados públicos, nomeados em cargos de comissão e contratados temporários (105), em exercício na Core/ES.	Servidores beneficiados	%	100	0	0
Realizar exames periódicos em 100% dos servidores descentralizados (342).	Servidores beneficiados	%	100	0	0

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamSUS

Devido ao atraso na disponibilização de um sistema informatizado proposto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG que auxiliasse no gerenciamento e na realização dos Exames Periódicos, foi impossível dar início à ação.

Quadro 46 – Identificação da Ação

Identificação da Ação
Denominação: 2000 - Administração da Unidade
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição: A atividade padronizada Administração da Unidade substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Carlos Luiz Barroso Junior
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEADM)

Fonte: Sigplan



Quadro 47 - Identificação da Subação

Identificação da subação					
40259 – Implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Desenvolver, pelo menos, 03 ações de promoção à saúde, sendo uma delas a ginástica laboral.	Ações desenvolvidas	Unidade	3	3	100

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamSUS

As seguintes ações foram desenvolvidas durante todo o ano de 2010, sem custos diretos para a Funasa:

- 1- A ginástica laboral é realizada em parceria com o Ministério da Saúde, por intermédio de estagiário.
- 2- A campanha de vacinação H1N1 abrangeu aproximadamente 200 servidores (inclusive do MS) e foi realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Vitória/ES, no dias 23, 24 e 29 de junho de 2010.
- 3- Grupo de vivência terapêutica: foi constituído desde 2002, juntamente com o MS, que disponibiliza médico psicoterapeuta para coordenar o programa. Além disso, a Suest-ES acompanha os dependentes químicos, com o propósito de viabilizar, junto as entidades parceiras, a recuperação e retorno as atividades laborais.

Quadro 48 - Identificação da Subação

Identificação da subação					
40657 – Melhoria do Ambiente de Trabalho – Laudo de Avaliação Ambiental					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Executar 15 medidas corretivas dos 22 itens apontados no Laudo de Avaliação Ambiental sob responsabilidade da Core/ES.	Medidas executadas	Unidade	15	5	33,33
Constituir Grupo de Trabalho, por meio de Portaria, para promoção e acompanhamento da aplicação das medidas corretivas apontadas no Laudo.	GT constituído	Unidade	01	0	0

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamSUS

Até o dezembro de 2010 foram executadas cinco medidas corretivas. Com relação as demais, é importante assinalar que há um projeto de reforma predial, contemplando-as, motivo pelo qual concluiu-se ser inviável realizar tais correções de maneira apartada. Além disso, algumas ações ficaram comprometidas diante da reestruturação da Funasa, conforme Decreto nº 7.335/2010, e da redefinição de atribuições do órgão. O seqüenciamento da implantação das medidas apontadas será analisado no próximo exercício.



Quadro 49 – Identificação do Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0016	Denominação: Gestão da Política de Saúde
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Fortalecer a gestão do SUS nas três esferas de governo, de modo a melhorar e aperfeiçoar a capacidade resolutiva das ações e serviços prestados à população	
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da saúde.	
Gerente: Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli – Ministério da Saúde	Responsável: Luiz Fernando Beskow – Ministério da Saúde
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

Quadro 49 – Identificação da Ação

Identificação da Ação
Denominação: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Carlos Luiz Barroso Junior
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEDM)

Fonte: Sigplan

Quadro 50 - Identificação da Subação

Identificação da subação					
40297 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Eventos de Capacitação					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Promover a participação de 103 servidores públicos federais, lotados na Suest/ES, em eventos de capacitação.	Nº de participações	Unidade	103	75	72,82

Fonte: Plano Operacional da Suest /ES- 2010 e PlamSUS

A Norma orientativa de capacitação impõe regras demasiadamente burocráticas para a qualificação dos servidores, sobretudo no tocante aos prazos. Para o alcance da meta há proposta de revisão da NOC e também é necessária a participação efetiva das demais áreas no processo de capacitação. Apesar disso, foi satisfatório o resultado obtido, em virtude das diversas modificações institucionais ocorridas no exercício 2010.



2.3.1 Resumo da Execução Física das Subações Realizadas pela UJ

Quadro 51 – Resumo da Execução Física das Subações Realizadas pela UJ

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Sub ação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
SANEAMENTO AMBIENTAL													
10	512	0122	20AF	A	3	39177 – Apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano	Apoiar 144 sistemas públicos de abastecimento de água com implementação de ações voltadas para o controle da qualidade da água para consumo humano.	Sistemas atendidos	Unid.	144	81	NA (*)	NA (*)
							Apoiar 69 sistemas de abastecimento de água em comunidades remanescentes de Quilombo, com a implementação de ações voltadas para o controle da qualidade da água para consumo humano.	Sistemas atendidos	Unid.	69	69	NA (*)	NA (*)
							Apoiar 12 sistemas de abastecimento de água em áreas indígenas com a implementação de ações voltadas para o controle da qualidade da água para o consumo humano.	Sistemas atendidos	Unid.	12	12	NA (*)	NA (*)
			20AG	A	3	39235 – Apoio à gestão dos sistemas de saneamento básico em municípios de até 50.000 habitantes	Apoiar tecnicamente a melhoria da gestão dos serviços de saneamento em 26 municípios.	Municípios apoiados tecnicamente na gestão dos serviços de saneamento	Unid.	26	24	NA (*)	NA (*)



						40200 – Fomento à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)	Apoiar tecnicamente 05 municípios com a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.	Municípios apoiados	Unid.	05	05	NA (*)	NA (*)
							Analisar 05 planos de trabalho e orçamentos detalhados relativos ao PMSB.	Plano de trabalho e orçamento detalhado analisados	Unid.	05	0	NA (*)	NA (*)
							Analisar 05 diagnósticos técnico-participativos dos PMSB.	Diagnósticos realizados	Unid.	05	0	NA (*)	NA (*)
							Elaborar parecer final referente aos demais produtos contidos no TR.	Parecer elaborado	Unid.	05	0	NA (*)	NA (*)
							Participação em 01 reunião do Comitê de Coordenação de Elaboração do PMSB, em caráter orientativo.	Participação em reuniões	Unid.	01	01	NA (*)	NA (*)
	541	0122	6908	A	3	40199 – Fomento à Educação em Saúde voltada para saneamento ambiental	Apoiar a implantação e/ou implementação de ações de Educação em Saúde em municípios conveniados com a Funasa, com recursos do PAC.	Município apoiado	Unid.	20	20	NA (*)	NA (*)
							Apoiar os municípios na implantação/implementação dos Núcleos de Educação em Saúde nos municípios atendidos com recursos da Funasa	Município apoiado	Unid.	35	35	NA (*)	NA (*)



						Apoiar os municípios conveniados com a Funasa, para implantação e/ ou implementação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento (outros recursos não PAC) 2007 a 2009.	Município apoiado	Unid.	22	22	NA (*)	NA (*)
						Sensibilizar e apoiar técnicos e gestores municipais para a implantação e/ou implementação de ações e projetos permanentes de Educação em Saúde, nos municípios conveniados com a Funasa, contemplados com recursos do PAC.	Município beneficiado	Unid.	20	20	NA (*)	NA (*)
						Apoiar tecnicamente a realização de projetos de coleta de reciclagem no âmbito do Programa Resíduos Sólidos (catadores) em ações de Educação em Saúde e Mobilização Social.	Projeto apoiado	Unid.	01	0	NA (*)	NA (*)
						Apoiar os municípios a beneficiarem comunidades de áreas especiais (quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e assentados), com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social.	Município beneficiado	Unid.	02	02	NA (*)	NA (*)
						Apoiar tecnicamente os municípios, por meio dos Núcleos Intersetoriais de Cooperação Técnica (NICT), na elaboração dos PMSB.	Município beneficiado	Unid.	05	05	NA (*)	NA (*)
						Apoiar 31 municípios na implantação de ações educativas referentes ao Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social – Pesmes, nos convênios celebrados com a Funasa anteriores a 2006.	Município apoiado	Unid.	31	31	NA (*)	NA (*)



	512	0122	7652	A	1	39255 – Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para prevenção e controle de agravos	Analisar 09 projetos de implantação de MSD para prevenção e controle de agravos, relativos aos exercícios anteriores	Projeto analisado	Unid.	09	07	NA (*)	NA (*)
							Realizar 39 visitas de acompanhamento de obras de implantação de MSD para prevenção e controle de agravos, relativas aos exercícios anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unid.	39	36	NA (*)	NA (*)
	10GD	A	1	39215 – Implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água em municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE)	Analisar 01 projeto de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, relativos aos pleitos de 2010.	Projeto analisado	Unid.	01	01	NA (*)	NA (*)		
					Analisar 21 projetos de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, relativos aos exercícios anteriores.	Projeto analisado	Unid.	21	10	NA (*)	NA (*)		
					Realizar 01 visita preliminar para viabilização de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, relativas aos pleitos de 2010.	Visita preliminar realizada	Unid.	01	0	NA (*)	NA (*)		
					Realizar 03 visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, relativas aos pleitos de 2010.	Visita técnica de acompanhamento realizada	Unid.	03	0	NA (*)	NA (*)		
					Realizar 75 visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, relativas aos exercícios anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios	Unid.	75	80	NA (*)	NA (*)		



							anteriores realizada						
		10GE	A	1	39196 - Implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE)	Analisar 55 projetos de implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, relativos aos exercícios anteriores.	Projeto analisado	Unid.	55	23	NA (*)	NA (*)	
						Realizar 149 visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, relativas aos exercícios anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unid.	149	135	NA (*)	NA (*)	
131	1287	4641	A	3	40237 – Divulgação permanente da imagem institucional da Funasa nas ações de saneamento e saúde indígena	Divulgar ações, projetos e programas da Funasa nas áreas de saneamento ambiental e saúde indígena.	Materia divulgada	Unid.	80	64	NA (*)	NA (*)	
511	1287	7656	A	1	39236 – Implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento em áreas	Analisar 02 projetos de saneamento ambiental em assentamento da reforma agrária, relativos aos pleitos de 2010.	Projeto analisado	Unid.	02	0	NA (*)	NA (*)	
						Analisar 01 projeto de saneamento ambiental em assentamento da	Projeto analisado	Unid.	01	0	NA (*)	NA (*)	



						rurais, em áreas especiais (Quilombos, Assentamentos e reservas extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes para prevenção e controle de agravos	reforma agrária, referente a exercícios anteriores.						
							Analisar 02 projetos de saneamento ambiental em comunidades remanescentes de quilombos, referente a exercícios anteriores.	Projeto analisado	Unid.	02	0	NA (*)	NA (*)
							Realizar 02 visitas preliminares relativas aos pleitos de 2010, em assentamento.	Visita preliminar realizada	Unid.	02	0	NA (*)	NA (*)
							Realizar 06 visitas de acompanhamento relativas aos pleitos de 2010, em assentamentos.	Visita técnica de acompanhamento exercício 2010 realizada	Unid.	06	0	NA (*)	NA (*)
							Realizar 10 visitas de acompanhamento de exercícios anteriores (Assentamentos da Reforma Agrária).	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unid.	10	08	NA (*)	NA (*)
							Realizar 04 visitas de acompanhamento de exercícios anteriores (comunidades remanescentes de quilombos).	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unid.	04	15	NA (*)	NA (*)
		1287	7684	A	1	39217 – Saneamento básico em aldeias	Beneficiar 07 aldeias com sistemas de abastecimento de água.	Aldeia beneficiada	Unid.	07	0	NA (*)	NA (*)
							Beneficiar 07 aldeias com melhorias	Aldeia	Unid.	07	07	NA (*)	NA (*)



						indígenas para prevenção e controle de agravos	sanitárias domiciliares.	beneficiada					
							Beneficiar 02 aldeias com sistemas de esgotamento sanitário.	Aldeia beneficiada	Unid.	02	02	NA (*)	NA (*)
							Elaborar 07 projetos de saneamento básico em aldeias.	Projeto elaborado	Unid.	07	07	NA (*)	NA (*)
							Realizar a contratação de elaboração de 03 projetos de saneamento básico em aldeias.	Projeto elaborado	Unid.	03	0	NA (*)	NA (*)
							Realizar 10 visitas de acompanhamento de obras do exercício 2010.	Visita técnica de acompanhamento realizada	Unid.	10	0	NA (*)	NA (*)
							Realizar 20 visitas de acompanhamento de obras de exercícios anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unid.	20	17	NA (*)	NA (*)
	512	8007	10GG	A	3	39275 – Implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de regiões	Analisar 09 projetos de implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos, relativos aos pleitos de 2010.	Projeto analisado	Unid.	09	02	NA (*)	NA (*)
							Analisar 26 projetos de implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos, relativos a exercícios anteriores.	Projeto analisado	Unid.	26	19	NA (*)	NA (*)
							Realizar 09 visitas de acompanhamento de implantação e melhoria de sistemas públicos de	Visita técnica de acompa-	Unid.	09	0	NA (*)	NA (*)



						metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE)	manejo de resíduos sólidos, relativas aos pleitos de 2010.	acompanhamento realizada					
							Realizar 05 visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos, relativas aos exercícios anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unid.	05	07	NA (*)	NA (*)
			20AM	A	3	39365 – Implementação de projetos de coleta e reciclagem de materiais	Acompanhamento de termo de parceria (O SCIP) de exercícios anteriores	Termo de parceria acompanhado	Unid	01	01	NA (*)	NA (*)
SANEAMENTO INDÍGENA													
10	423	0150	6140	A	3	40537 – Implementação das ações de vigilância alimentar e nutricional nas áreas indígenas	Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional, em pelo menos, 75,29% das crianças menores de 05 anos.	% de crianças menores de 05 anos acompanhadas	%	75,29%	52,75	NA (*)	NA (*)
							Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional, em pelo menos, 96,50% das gestantes.	% de gestantes acompanhadas	%	96,50%	65,07	NA (*)	NA (*)
			8743	A	3	40638 – Capacitação de profissionais e controle social na área da saúde	Promover a participação em eventos de capacitação de profissionais que atuam na saúde indígena.	Participação em eventos	Unid.	33	10	NA (*)	NA (*)
							Realizar, pelo menos, 02 reuniões do Conselho Local de Saúde Indígena.	Reunião realizada	Unid.	02	01	NA (*)	NA (*)



					indígena	Realizar, pelo menos, 02 reuniões do Conselho Distrital de saúde Indígena.	Reunião realizada	Unid.	02	01	NA (*)	NA (*)
					40198 – Promoção da Educação em Saúde dos povos indígenas	Beneficiar 03 aldeias com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social na atenção integral à saúde dos povos indígenas.	Aldeia beneficiada	Unid.	03	0	NA (*)	NA (*)
					40462 – Fortalecimento do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena – SIASI	Enviar, no mínimo, 01 lote mensal para alimentação do SIASI.	Lotes enviados	Unid.	12	28	NA (*)	NA (*)
					40477 – Implementação das ações de atenção integral à saúde da mulher indígena	Realizar, pelo menos, 04 consultas de pré-natal em 60% das gestantes.	% de gestantes com 04 consultas ou mais	%	60%	60%	NA (*)	NA (*)
						40% das mulheres na faixa etária de 12 a 49 anos, com exames de PCCU realizados.	% de mulheres examinadas	%	40%	35%	NA (*)	NA (*)
					40438 – Implementação das ações de atenção integral à saúde da criança indígena	Investigar 100% dos óbitos infantis.	% de óbitos investigados	%	100%	100%	NA (*)	NA (*)
					40522 – Implementação	Attingir a média de 3,10 procedimentos odontológicos	Média de procedime	Média	3,10	4,04	NA (*)	NA (*)



					o de ações de atenção à saúde bucal para a população indígena	assistenciais básicos.	ntos alcançada						
						Ampliar, em pelo menos, 10% o número de consultas programáticas	Nº de consultas realizadas	Unid.	865	1.351	NA (*)	NA (*)	
						Ampliar, em pelo menos, 10% a conclusão de tratamento odontológico básico.	Nº de tratamentos concluídos	Unid.	216	337	NA (*)	NA (*)	
						Ampliar, em pelo menos, 10% a média de escovação bucal supervisionada.	Média de escovação bucal realizada	Média	29,31	10,79	NA (*)	NA (*)	
					40557 – Implementação das ações de prevenção e controle de DST/HIV/AIDS	Testar 100% das gestantes para HIV.	% de gestantes testadas para HIV	%	100%	0	NA (*)	NA (*)	
						Testar 100% das gestantes para Sífilis.	% de gestantes testadas para Sífilis	%	100%	0	NA (*)	NA (*)	
						Realizar sorologia para hepatites virais em 100% das gestantes.	% de gestantes com sorologia para hepatites virais realizada	%	100%	0	NA (*)	NA (*)	
						Testar 100% dos parceiros das gestantes com exame positivo para HIV/Sífilis e HV.	% de parceiros testados	%	100%	0	NA (*)	NA (*)	



						01 ano.							
						Alcançar, no mínimo, 93% de cobertura vacinal para a vacina oral contra a poliomielite (VOP), em menores de 01 ano.	Cobertura vacinal alcançada	%	93%	100%	NA (*)	NA (*)	
						Alcançar, no mínimo, 93% de cobertura vacinal para a vacina hepatite B, na faixa etária de 1-4 anos.	Cobertura vacinal alcançada	%	93%	96%	NA (*)	NA (*)	
						Alcançar, no mínimo, 85% de cobertura vacinal para a vacina tríplice viral, na faixa etária de 1-4 anos.	Cobertura vacinal alcançada	%	85%	68%	NA (*)	NA (*)	
						Alcançar, no mínimo, 93% de cobertura vacinal para a vacina dupla adulto, para as mulheres em idade fértil (10-49 anos)	Cobertura vacinal alcançada	%	93%	72%	NA (*)	NA (*)	
						Alcançar, no mínimo, 85% de cobertura vacinal para a vacina tríplice viral, para as mulheres em idade fértil (10-49 anos)	Cobertura vacinal alcançada	%	85%	69%	NA (*)	NA (*)	
					40419 – Implantação das ações de vigilância das Doenças e Agravos Não-Transmissíveis – DANT	Implementar a vigilância das DANT (diabetes e hipertensão arterial), em pelo menos, 100% das aldeias.	% de aldeias com vigilância implementada	%	100%	100%	NA (*)	NA (*)	
GESTÃO													
10	128	0016	4572	A	3	40297 – Participação de servidores públicos	Promover a participação de 103 servidores públicos federais, lotados na Suest/ES, em eventos de capacitação.	Número de participações	Unid.	103	75	NA (*)	NA (*)



						federais em eventos de capacitação							
	122	0750	2000	A	4	40259 – Implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO	Desenvolver, pelo menos, 03 ações de promoção à saúde, sendo uma delas a ginástica laboral.	Ações desenvolvidas	Unid.	03	03	NA (*)	NA (*)
						40657 – Melhoria do ambiente de trabalho – Laudo de Avaliação Ambiental	Executar 15 medidas corretivas dos 22 itens apontados no laudo de Avaliação Ambiental, sob responsabilidade da Suest/ES.	Medidas executadas	Unid	15	05	NA (*)	NA (*)
							Constituir Grupo de Trabalho, por meio de Portaria, para promoção e acompanhamento da aplicação das medidas corretivas apontadas no Laudo.	GT constituído	Unid	01	0	NA (*)	NA (*)
	301	0750	2004	A	4	40258 – Assistência médica aos servidores e empregados públicos – Exames Periódicos	Realizar exames periódicos em 100% dos servidores ativos, empregados públicos, nomeados em cargos de comissão e contratados temporários (105), em exercício na Suest/ES.	Servidores beneficiados	%	100%	0	NA (*)	NA (*)
							Realizar exames periódicos em 100% dos servidores descentralizados (342).	Servidores beneficiados	%	100%	0	NA (*)	NA (*)

Fonte: PlamSUS

NA (*) A UJ não faz o acompanhamento de execução financeira da Subação, uma vez que sua programação recai sobre custeio, e a sua aplicação se realiza de forma compartilhada com outras subações.



2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

Este grupo de demonstrativos está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: Programação Orçamentária da Despesa; Execução Orçamentária da Despesa e Indicadores Institucionais.

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro 52 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superintendência Estadual do Espírito Santo (Suest-ES)	36211	255008

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Não se aplica a esta UJ. As operações de programação de despesas são de responsabilidade da Presidência da Funasa.

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Não se aplica a esta UJ. As operações de programação de despesas são de responsabilidade da Presidência da Funasa.

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Não se aplica a esta UJ. As operações de programação de despesas são de responsabilidade da Presidência da Funasa.



2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 53 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa



VANTAGEM O SALDO CONCEDIDO, RECEBIDO, EMPENHADO, PAGO A PAGAR POR NE, PRE-EMP

Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

Exercício: 2010
Base: 31-JAN-2011
Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UG Executora 36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE
Unidade Orçamentária 36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE
Mês de Referência DEZEMBRO
Tipo de Valor Saldo Atual

UG Executora

255008 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - ES

			Item de Informação	
Grupo de Despesa	Programa de Trabalho		Provisão Recebida	
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	09272008901810001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	30.698,30
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10122075020000001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	307.383,63
1 Total			338.081,93	
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10122012222720001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	534.469,97
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10122015022720001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	86.045,00
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10122075020000001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	1.483.106,23
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10122128722720001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	308.167,80
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10128001645720001	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO - NACIONAL	81.132,82
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10131128746410001	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA - NACIONAL	14.821,91
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10423015087430001	PROMOCAO, VIGILANCIA, PROTECAO E RECUPERACAO DA SAUDE INDIGENA - NACIONAL	427.738,83
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10541012269080001	FOMENTO A EDUCACAO EM SAUDE VOLTADA PARA O SANEAMENTO AMBIENTAL - NACIONAL	12.155,30
3 Total			2.947.637,86	
4	INVESTIMENTOS	10122075020000001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	7.665,45
4	INVESTIMENTOS	10302015038690001	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE SAUDE PARA ATENDIMENTO A POPULACAO INDIGENA - NACIONAL	103.436,04
4	INVESTIMENTOS	10512012220AG0001	APOIO A GESTAO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS DE ATE 50.000 HABITANTES - NACIONAL	27.448,59
4 Total			138.550,08	
Total geral			3.424.269,87	



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O RELATÓRIO DE GESTÃO 2010

Exercício: 2010

Base: 31-JAN-2011

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UG Executora

36211 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária

36901 FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Mês de Referência

DEZEMBRO

Tipo de Valor

Saldo Atual

UG Executora

255008 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - ES

			Item de Informação
Grupo de Despesa	Programa de Trabalho		Créditos Recebidos 2b
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10122075020000001	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE - NACIONAL
3	Total		111.393,00
	Total geral		111.393,00

2.4.1.5 Análise crítica

A provisão recebida de créditos orçamentários foi reduzida, o que dificultou a assunção de novos compromissos e contratos pela SUEST-ES e o alcance das metas programadas. Importante ressaltar que as observações das notas de crédito muitas vezes não contêm descrições claras quanto a sua destinação. Quanto a liberação dos recursos, há demora, o que dificulta o atendimento ao faturamento em 5 dias úteis (SLTI/MPOG Instrução Normativa N^o 02 de 30 de abril de 2008).



2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Não se aplica a esta UJ. “Esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA”.

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Não se aplica a esta UJ. “Esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA”.

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Não se aplica a esta UJ. “Esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA”.



2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 54 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação



Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

GRUPO CRIADO PARA LEVANTAR O SALDO EMPENHADO, PAGO E A PAGAR POR NE.

Exercício: 2009

Base: 22-JAN-2010

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UG Executora

36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

Mês de Referência

DEZEMBRO

Tipo de Valor

Saldo Atual

UG Executora

255008 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - ES

Modalidade de Licitação	Valores Pagos	Empenhos liquidados
06 Dispensa de licitação	2.499,20	2.499,20
06 Total	2.499,20	2.499,20
07 Inexigível	3.339,60	3.339,60
07 Total	3.339,60	3.339,60
12 Pregão	85.902,26	85.902,26
12 Total	85.902,26	85.902,26
Total geral	91.741,06	91.741,06



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

GRUPO CRIADO PARA LEVANTAR O SALDO EMPENHADO, PAGO E A PAGAR POR NE.

Exercício: 2009

Base: 22-JAN-2010

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UG Executora 36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE
Mês de Referência DEZEMBRO
Tipo de Valor Saldo Atual
Unidade Orçamentária 36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

UG Executora

255008 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - ES

Modalidade de Licitação		Valores Pagos	Empenhos liquidados
02	Convite	28.412,76	28.412,76
06	Dispensa de licitação	173.118,90	173.648,90
07	Inexigível	287.346,17	289.284,98
08	Não se aplica	622.413,55	623.273,55
09	Suprimento de fundos	123.200,28	123.200,28
12	Pregão	1.294.555,91	1.337.938,48
Total		2.529.047,57	2.575.758,95



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

Empenho por Nota de Empenho (com Subitem)

Exercício: 2009

Base: 22-JAN-2010

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UG Executora 36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE
Unidade Orçamentária 36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE
Mês de Referência DEZEMBRO
Tipo de Valor Saldo Atual

UG Executora

255008 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - ES

Natureza da Despesa Detalhada		Valores Pagos	Empenhos liquidados
33901414	DIARIAS NO PAIS	535.778,55	535.778,55
33901414 Total		535.778,55	535.778,55
33903602	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	4.237,64	4.237,64
33903602 Total		4.237,64	4.237,64
Total geral		540.016,19	540.016,19



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

GRUPO CRIADO PARA LEVANTAR O SALDO EMPENHADO, PAGO E A PAGAR POR NE.

Exercício: 2010

Base: 31-JAN-2011

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UG Executora

36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

UG Executora

255008 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - ES

Mês de Referência

DEZEMBRO

Tipo de Valor

Saldo Atual

Modalidade de Licitação	Valores Pagos	Empenhos liquidados
07 Inexigível	3.000,00	3.000,00
07 Total	3.000,00	3.000,00
12 Pregão	52.038,74	70.250,09
12 Total	52.038,74	70.250,09
Total geral	55.038,74	73.250,09



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

eGRUPO CRIADO PARA LEVANTAR O SALDO EMPENHADO, PAGO E A PAGAR POR NE.

Exercício: 2010

Base: 31-JAN-2011

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UG Executora 36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE
Unidade Orçamentária 36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE
Mês de Referência DEZEMBRO

UG Executora

255008 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - ES

Tipo de Valor

Saldo Atual

Modalidade de Licitação		Valores Pagos	Empenhos liquidados
06	Dispensa de licitação	145.776,73	164.739,28
07	Inexigível	263.033,24	267.514,74
08	Não se aplica	834.463,51	847.492,16
09	Suprimento de fundos	142.992,01	142.992,01
12	Pregão	1.283.393,19	1.332.129,13
Total		2.669.658,68	2.754.867,32



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

Empenhos emitidos, empenhos a liquidar e empenhos liquidados por NE + SUBITEM.

Exercício: 2010

Base: 31-JAN-2011

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UG Executora 36211 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária 36211 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
Mês de Referência DEZEMBRO
Tipo de Valor Saldo Atual

UG Executora

255008 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - ES

Natureza da Despesa Detalhada		Valores Pagos	Empenhos liquidados
33901414	DIARIAS NO PAIS	715.220,83	715.305,12
33901414 Total		715.220,83	715.305,12
33903602	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	71.004,30	71.004,30
33903602 Total		71.004,30	71.004,30
Total geral		786.225,13	786.309,42

Constatou-se claramente que as despesas com indenizações de diárias no exercício de 2010 tiveram um aumento significativo em comparação a 2009 (observado também pelo aumento da modalidade de licitação 08). No entanto, a demanda, acima do planejado, não foi atendida integralmente e repercutiu de forma negativa sobre o valor fixado para as demais despesas de custeio.



2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro 55 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação



Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

GRUPO CRIADO PARA LEVANTAR O SALDO EMPENHADO, PAGO E A PAGAR POR NE.

Exercício: 2009

Base: 22-JAN-2010

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UG Executora 36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE
Mês de Referência DEZEMBRO
Tipo de Valor Saldo Atual
Unidade Orçamentária 36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

UG Executora 255008 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - ES

Item de Informação

Grupo de Despesa	Elemento de Despesa	Empenhos por NE	Valores Pagos	RP Não Processados Inscrição	Empenhos liquidados		
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	96	RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	14.615,41	14.615,41		
1	Total		14.615,41	0,00	14.615,41	0,00	
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	535.778,55	535.778,55	535.778,55	
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30	MATERIAL DE CONSUMO	344.212,71	292.527,03	51.155,68	293.057,03
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.950,00	2.950,00		2.950,00
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	88.929,64	76.403,64	12.526,00	76.403,64
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	825.415,72	782.977,60		825.415,72
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	897.552,07	790.948,82	102.859,99	794.692,08
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB.OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	23.561,42	22.257,01	1.304,41	22.257,01
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	466,92	466,92		466,92
3	Total		2.718.867,03	2.504.309,57	167.846,08	2.551.020,95	
4	INVESTIMENTOS	51	OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORC.	943.758,32	14.340,00	929.418,32	14.340,00
4	INVESTIMENTOS	52	EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	131.225,87	10.398,00	120.827,87	10.398,00
4	Total		1.074.984,19	24.738,00	1.050.246,19	24.738,00	
Total geral			3.808.466,63	2.529.047,57	1.232.707,68	2.575.758,95	



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

GRUPO CRIADO PARA LEVANTAR O SALDO EMPENHADO, PAGO E A PAGAR POR NE.

Exercício: 2009

Base: 22-JAN-2010

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UG Executora

36211 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

Mês de Referência

DEZEMBRO

Tipo de Valor

Saldo Atual

UG Executora

255008 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - ES

Grupo de Despesa		Elemento de Despesa		Empenhos por NE	Valores Pagos	Empenhos liquidados
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30	MATERIAL DE CONSUMO	2.499,20	2.499,20	2.499,20
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	40.579,03	40.579,03	40.579,03
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	48.662,83	48.662,83	48.662,83
3 Total				91.741,06	91.741,06	91.741,06
Total geral				91.741,06	91.741,06	91.741,06



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

GRUPO CRIADO PARA LEVANTAR O SALDO EMPENHADO, PAGO E A PAGAR POR NE.

Exercício: 2010

Base: 31-JAN-2011

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UG Executora 36211 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária 36211 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
Mês de Referência DEZEMBRO
Tipo de Valor Saldo Atual

UG Executora

255008 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - ES

Item de Informação

Grupo de Despesa		Elemento de Despesa		Empenhos por NE	Valores Pagos	RP Não Processados Inscrição	Empenhos liquidados
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	715.305,12	715.220,83		715.305,12
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30	MATERIAL DE CONSUMO	405.485,50	276.363,68	91.820,34	313.665,16
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	926,37	926,37		926,37
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA	165.797,66	156.310,06	7.060,00	158.737,66
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	823.421,59	774.208,19	14.297,33	809.124,26
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	790.821,30	702.620,76	77.721,34	713.099,96
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	32.827,26	26.245,14	6.582,12	26.245,14
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	12.047,87	12.047,87		12.047,87
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.005,19	1.005,19		1.005,19
3 Total				2.947.637,86	2.664.948,09	197.481,13	2.750.156,73
4	INVESTIMENTOS	51	OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORB.	106.691,14		106.691,14	
4	INVESTIMENTOS	52	EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORB.	31.858,94	4.710,59	27.148,35	4.710,59
4 Total				138.550,08	4.710,59	133.839,49	4.710,59
Total geral				3.086.187,94	2.669.658,68	331.320,62	2.754.867,32



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

GRUPO CRIADO PARA LEVANTAR O SALDO EMPENHADO, PAGO E A PAGAR POR NE.

Exercício: 2010

Base: 31-JAN-2011

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UG Executora

36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

Mês de Referência

DEZEMBRO

Tipo de Valor

Saldo Atual

UG Executora

255008 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - ES

Grupo de Despesa		Elemento de Despesa		Empenhos por NE	Valores Pagos	RP Não Processados Inscrição	Empenhos liquidados
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	95.845,62	42.038,74	35.595,53	60.250,09
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORG.	15.547,38	13.000,00	2.547,38	13.000,00
3	Total			111.393,00	55.038,74	38.142,91	73.250,09
	Total geral			111.393,00	55.038,74	38.142,91	73.250,09

As restrições orçamentárias ocorridas no exercício de 2010, principalmente ao seu final, influenciaram no valor de inscrição em RP não processados. No entanto, deve-se considerar que tais medidas podem ter impactado negativamente no alcance das metas estabelecidas em 2010 ou mesmo refletir na programação de 2011.

2.4.2.2.3 Análise Crítica

O contingenciamento de créditos causou frustração na expectativa de empenhamento uma vez que, ao final do exercício de 2010, houve problemas de disponibilidade orçamentária e aumento no volume de inscrição de valores em restos a pagar.

Em relação aos eventos internos, há retardo em encaminhar os processos de pagamento à Seção Orçamentária e Financeira e a liberação de recursos não é imediata, ocasionando faturas com prazos de pagamento vencidos. Os pedidos de compras de bens, serviços e obras foram intempestivos, o que gerou acúmulo de licitações no mês de dezembro, quando anualmente ocorre aumento das atividades por encerramento do exercício financeiro. Ainda, faltam profissionais capacitados para execução orçamentária e financeira e para orientar os servidores da seção.



2.4.3. Indicadores Institucionais

As formulas de cálculo e as memórias de cálculo já compõem o quadro dos indicadores abaixo.

Quadro 56 - Indicadores da Área de Comunicação e Educação em Saúde

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
(1) Percentual de aldeias beneficiadas com ações de Educação em Saúde	Demonstrar a capacidade de realização de ações de educação em saúde nas aldeias indígenas	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de aldeias beneficiadas com ações de educação em saúde e mobilização social}}{\text{N}^\circ \text{ total de aldeias programadas no período}} \times 100$	$0/100 = 0 \times 100 = 0$	Eficácia	Relatórios de monitoramento das Ascom/Core e Presi	Análise dos relatórios técnicos e de monitoramento	Ascom Dsei	0%	03	0%
(2) Percentual de Casai's beneficiadas com ações de educação em saúde voltadas para a humanização na prestação de serviço	Conhecer o quantitativo de Casai com ações educativas de humanização desenvolvidas	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Casai com ações – projetos de humanização desenvolvidos}}{\text{N}^\circ \text{ total de Casai programadas no ano}} \times 100$	NA	Eficácia	Relatórios de monitoramento das Ascom/Core e Presi. Relatório de atividades das EMSI das Casai/Dsei	Registros obtidos de relatórios técnicos e de monitoramento	Ascom Dsei	NA	NA	NA
(3) Percentual de TC com projetos de Educação em Saúde e mobilização social	Verificar a adesão dos municípios às ações de educação em saúde e mobilização social	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de TC com projetos de educação em saúde}}{\text{Total de TC celebrados}} \times 100$	$1/44 = 0,02 \times 100 = 2,27$	Eficácia	SIGOB Cgcon Equipes de educação em saúde das Core e Presi	Consulta aos TC/PAC e relatórios do SIGOB	Ascom Suest	0%	(*)	2,27



- (1) Apesar de constar no Plano Operacional 2010, a equipe não desenvolveu as atividades previstas devido a indefinição da estrutura organizacional da saúde indígena dentro da Funasa.
 (2) NA – No Espírito Santo não há Casai's.
 (3) Apenas um dos municípios acompanhados pela equipe de Educação em Saúde apresentou projeto. Foram realizadas reuniões para sensibilização e orientação técnica dos projetos juntos aos municípios contemplados com recursos da Funasa. As atividades de Educação em Saúde e Mobilização são executadas pelos próprios municípios. Consta no Plano Operacional 2010 a meta de sensibilizar e apoiar a implantação de núcleos municipais de Educação em Saúde em vinte cidades contempladas pelo PAC Funasa, o que foi alcançado. (*) Não há meta estabelecida no Plano operacional da Suest-ES.

Quadro 57 - Indicadores de Saúde Indígena

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
(1) Percentual de Pessoas com Esquema vacinal completo	Verificar o percentual de pessoas com esquema vacinal completo para sua faixa etária.	$\frac{\text{Nº de pessoas com esquema vacinal completo}}{\text{Total da população indígena no período}} \times 100$	$2.103/3.035 = 0,69 \times 100$	Eficácia	Siasi	Consolidação das informações do Siasi	Desai Suest Dsei	65,61	65,0	69,20
(2) Média percentual de crianças indígenas menores de 5 anos com acompanhamento do estado nutricional	Aferir o acompanhamento do estado nutricional de crianças indígenas menores de 5 anos	$\frac{\text{Somatório \% de cobertura mensal (*)}}{\text{Total de crianças < 5 anos acompanhadas no mês}} \times 100$ (*)	(*)633,05/12= 52,75	Eficácia	Sisvan	Consolidação das informações do Sisvan	Desai Suest Dsei	75,29	75,29	52,75
(3) Média percentual de gestantes indígenas com acompanhamento do estado nutricional	Aferir o acompanhamento do estado nutricional das gestantes indígenas	$\frac{\text{Somatório \% de cobertura mensal (*)}}{\text{Total de gestantes acompanhadas no mês}} \times 100$ (*)	(*) 780,84/12= 65,07	Eficácia	Sisvan	Consolidação das informações do Sisvan	Desai Suest Dsei	96,50	96,50	65,07
(4) Nº de pessoas infectadas por malária na população indígena	Demonstrar o nº de pessoas infectadas por malária na população	Nº de pessoas infectadas	NA	Eficácia	Sivep - Malária	Consulta a relatório do sistema	Desai Suest Dsei	NA	NA	NA



	indígena									
(5) Incidência de tuberculose pulmonar BK+ na população indígena	Estimar o risco de um indivíduo vir a desenvolver Tuberculose BK+	$\frac{\text{Nº de casos de TB BK + confirmados}}{\text{População Total no período}} \times 100.000$	$2/3.042 = 0,0006 \times 100 =$	Eficácia	Siasi	Consolidação das informações do Siasi	Desai Suest Dsei	0%	(*)	0,06%
(6) Coeficiente de mortalidade infantil na população indígena	Estimar o risco de morte dos nascidos vivos no 1º ano de vida	$\frac{\text{Nº de óbitos de crianças < 1 ano}}{\text{Nº de nascidos vivos no período}} \times 1.000$	$2/80 = 0,025 \times 100 = 02,5$	Eficácia	Siasi	Consolidação das informações do Siasi	Desai Suest Dsei	0%	(*)	2,5

(4) NA – O Espírito Santo não é área endêmica de malária.

(5) (*) Não há meta para 2010. É feita busca ativa em sintomáticos respiratórios, diagnóstico e tratamento objetivando a cura.

(6) (*) A meta para 2010 investigar 100% dos óbitos infantis.

Quadro 58 - Indicadores de Saneamento Ambiental

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
(1) Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC (*) (*) Acumulado - 2007 a 2010. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{Nº de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão < 30\%}}{\text{Nº de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$5/25 = 0,20 \times 100 = 20$	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan; Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)	Densp Depin Suest	9,09%	(*)	20%
		$\frac{\text{Nº de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{Nº obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$2/25 = 0,08 \times 100 = 8$					0%		8%
		$\frac{\text{Nº de obras de abastecimento de água concluídas}}{\text{Nº de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$0/25 = 0 \times 100 = 0$					0%		0%



<p>(2) Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC (*) (*) Acumulado - 2007 a 2010. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)</p>	<p>Medir a execução física das obras do PAC</p>	<p>$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$</p> <p>$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^\circ \text{ obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$</p> <p>$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$</p>	<p>$4/8 = 0,5 \times 100 = 5$</p> <p>$0/8 = 0 \times 100 = 0$</p> <p>$0/8 = 0 \times 100 = 0$</p>	<p>Eficácia</p>	<p>Sigesa Siscon Siafi</p>	<p>Relatórios do Sigesan; Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)</p>	<p>Densp Depin Suest</p>	<p>0%</p> <p>0%</p> <p>0%</p>	<p>(*)</p>	<p>5%</p> <p>0%</p> <p>0%</p>
<p>(3) Percentual de aldeias com sistema de abastecimento de água implantado com recursos do PAC (*) (*) Acumulado -- 2007 a 2010.</p>	<p>Medir o percentual de aldeias com sistema de abastecimento de água implantados com recursos do PAC</p>	<p>$\frac{\text{N}^\circ \text{ de aldeias com SAA} (*)}{\text{Total de aldeias previstas nos 4 anos do PAC}} \times 100$</p>	<p>$7/7 = 1 \times 100 = 100$</p>	<p>Eficácia</p>	<p>Planilha de acompanhamento de obras. Visita de acompanhamento de obras</p>	<p>Planilha Acompanhamento de obras (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp)</p>	<p>Densp Suest</p>	<p>100%</p>	<p>(*)</p>	<p>100%</p>
<p>(4) Percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos do PAC (*) (*) Acumulado -- 2007 a 2010.</p>	<p>Aferir o percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos do PAC</p>	<p>$\frac{\text{N}^\circ \text{ de aldeias com SAA com tratamento de água implantado}}{\text{Total de aldeias com SAA implantado com recursos do PAC}} \times 100$</p>	<p>$7/7 = 1 \times 100 = 100$</p>	<p>Eficácia</p>	<p>Planilha de acompanhamento em excel visita de acompanhamento de obras</p>	<p>Planilha de Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp)</p>	<p>Densp Suest</p>	<p>100%</p>	<p>(*)</p>	<p>100%</p>



(5) Percentual de sistemas de Abastecimento de água, em aldeias, com monitoramento da qualidade da água para consumo humano *	Medir o percentual de sistemas de abastecimento de água monitorado	$\frac{\text{Nº de sistemas de abastecimento de água em área indígena monitorado}}{\text{Total de sistemas de abastecimento de água em área indígena com tratamento}} \times 100$	$12/12 = 1 \times 100 = 100$	Eficácia	Planilha de acompanhamento Programação de acompanhamento	Planilha Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento (Diesp)	Densp Suest	100%	100%	100%
(6) Percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado com recursos do PAC (*) Acumulado – 2007 a 2010	Verificar o percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado	$\frac{\text{Nº de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado (*)}}{\text{total de comunidades remanescentes de quilombo programadas nos 4 anos do PAC}} \times 100$	$12/21 = 0,57 \times 100 = 57,14$	Eficácia	Relatório Consolidado de atividades (Densp) Planilha de acompanhamento (Diesp/ Sensp) Programação do PAC	Planilha Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento (Diesp /Sensp)	Densp Suest	0%	(*)	57,14%
(7) Percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas com recursos do PAC (RA ajustado) (*) Acumulado – 2007 a 2010	Verificar o percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas	$\frac{\text{Nº de domicílios com MSD implantado (*)}}{\text{Nº de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$	$311/975 = 0,32 \times 100 = 32,91$	Eficácia	Programação do PAC Sigesan	Relatório gerado do Sistema Programação do PAC	Densp Suest	15,38%	(*)	32,91%
(8) Percentual de domicílios com Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas realizada com recursos do PAC (*) Acumulado – 2007 a 2010	Aferir o percentual de domicílios com Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas realizada	$\frac{\text{Nº de domicílios com MHCDC realizada (*)}}{\text{Nº de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$		Eficácia	Programação do PAC Sigesan	Relatório gerado do Sistema Programação do PAC	Densp/Suest	NA	NA	NA



(1) (2) (3) (4) (6) (7) (*) Não há meta formulada para o indicador.

(1) e (2) (6) (7) são vários os fatores que impactaram os resultados obtidos. O que se pretende é executar todas as obras programadas do PAC 2007 – 2010. Porém, depende de projetos bem elaborados por parte dos convenentes para a aprovação, da liberação dos recursos dentro do exercício, processos licitatórios não morosos por parte dos municípios, enfim um série de elementos que independe da Suest-ES.

(3) Todas as aldeias possuem SAA implantados. O PAC 2007 a 2009 promoveu melhorias e ampliações nos sistemas já existentes. No Plano Operacional 2010 foi planejado beneficiar sete aldeias com ampliação dos SAA's, porém, a Unidade Central disponibilizou recursos suficientes para atender somente quatro aldeias. Ocorre que a licitação da referida obra só foi concluída em dezembro de 2010, não podendo, portanto, ser considerada como beneficiada. Em 2011, quando as obras forem concluídas, as aldeias serão consideradas beneficiadas.

(6) O objeto pactuado com os municípios é para implantação de melhorias sanitárias domiciliares. Ocorre que as comunidades selecionadas não dispõem de oferta água, sendo necessária a perfuração de poços freáticos na mesma ação, possibilitando assim, o funcionamento das melhorias (MSD). As obras nas vinte e uma comunidades estão em execução

(8)NA A ação não desenvolvida no âmbito da Suest-ES.

3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve ocorrência no período para as Contas Contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do Siafi.

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 59 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	46711,38	----	46711,38	-----
2008	86945,91	240,54	86705,37	-----
2007		17,36	116.263,66	-----
2006	100.387,88	3.013,34	97.487,88	-----
2005	13.777,49	57.417,64	235.466,76	-----
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	1232707,68	77562,81	1155144,87	-----
2008	463372,56	59849,4	403523,16	-----
2007	1.250.412,41	121.773,16	1012358,23	-----



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

2006	1.037.858,57	27.658,25	1.010.086,98	-----
2005	1.125.052,02	42.436,97	803.508,14	-----
Observações:				

Fonte: Siafi

4.2 Análise Crítica

As pendências de Resto a Pagar (RP) de exercícios anteriores não foram significativas, de forma que onerassem os anos posteriores. As circunstâncias que ocorreram para manter o saldo de RP, ou seu cancelamento, foram específicas e sem prejuízos para o desenvolvimento dos planos de trabalho dos anos seguintes. A crítica recae aos pedidos de compras, bens e serviços, que foram intempestivos e aos contingenciamentos efetuados ao final do ano, contribuindo para elevar os valores de inscrição para o ano seguinte.



5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro 60 - Composição do Quadro de Recursos Humanos-Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo		132	2	311
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		97	1	
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-		
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-		
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-		
1.3 Servidores com Contratos Temporários		2		
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos		28		
1.4.2 Removidos		-	1	
1.4.3 Licença remunerada		-		
1.4.4 Licença não remunerada		5		
2 Provimento de cargo em comissão	21	19		
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-		
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	7	7		
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		1		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		-		
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas		1		
2.2.4 Sem vínculo		5		
2.2.5 Aposentado		-		
2.3 Funções gratificadas	14	12		
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		12		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-		
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-		
3 Total		151	2	311

Fonte: Siape.e planilhas enviadas pela Presidência

Quadro 61 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	6	3	34	47	7
1.3. Servidores com Contratos Temporários	1	1			
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença		1	14	18	
2.Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	1	1	2	2
2.3. Funções gratificadas			7	5	

Fonte: Planilhas enviadas pela Presidência e Siape



Quadro 62 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira		5	0	2	44	39	7		
1.3. Servidores com Contratos Temporários						2			
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença				3	19	10	1		
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					1	6			
2.3. Funções gratificadas					7	5			

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Siape

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro 63 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária	224	5
1.2 Compulsório	1	
1.3 Invalidez Permanente	45	1
1.4 Outras		
2 Proporcional		
2.1 Voluntária	31	
2.2 Compulsório	0	
2.3 Invalidez Permanente	7	
2.4 Outras		

Fonte: Siape e planilhas enviadas pela Presidência

Quadro 64 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	300	5
2. Proporcional		

Fonte: Siape e Relatórios da Upag

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 65 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
Área Fim	1	3	2	2	10.140,00



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

Área Meio	3	7	4	4	24.789,00
Nível Médio					
Área Fim	2	1	0	2	4.165,45
Área Meio	7	8	10	9	23.484,00

Fonte: Siape e Relatórios do SOCAP



5.4 Quadro de Custos de Recursos Humanos

Quadro 66 - Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008								
2009								
2010								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	4.528.632,65	25.110,20	13.815.759,81	1.068.342,32	2.252.121,78	526.361,87	779.885,64	22.996.214,27
2009	8.961.812,43	36.102,22	9.189.232,69	2.523.888,03	1.190.175,12	377.054,79	752.863,21	23.031.128,49
2010	7.738.925,62	32.362,65	6.630.741,44	1.850.959,84	1.616.135,41	903.416,66	704.648,46	19.477.190,08
Servidores com Contratos Temporários								
2008	0,00							0,00
2009	129.138,66		11.800,25	7.069,92				148.008,83
2010	147.120,00		12.873,00	13.894,65				173.887,65
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	112.547,93	44.230,30						156.778,23
2009	81.378,37	41.016,77						122.395,14
2010	128.527,21	37.511,76						166.038,97
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	21.294,53		35.427,91					56.722,44
2009	19.193,68		31.861,13					51.054,81
2010	20.123,59		33.404,59					53.528,18

Fonte: Planilhas enviadas pela Presidência – DDP/Siape



5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro 67 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE														
UG/Gestão: 255008							CNPJ: 26.989.350/0019-45							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2005	V	O	TC 004/2005	32401341/0001-65	10.06.10	10.06.11	X							P
2009	V	O	TC 005/2009	07400941/0001-61	22.06.10	21.06.11	X							P
2010	L	O	TC 008/2010	07780835/0001-50	01.07.10	30.06.11		X						A
2010	L	O	TC 009/2010	30683262/0001-69	01.07.10	30.06.11		X						A
Observação:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.														

Fonte: Diadm/Suest-ES

Quadro 68 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante														
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE														
UG/Gestão: 255008							CNPJ: 26.989.350/0019-45							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	8	O	TC 015/2010	11237497/0001-82	24.09.10	23.09.11			X					A
2008	1	O	TC 011/2008	07708835000150	30.12.09	29.12.10			X					E



2008	1	O	TC 012/2008	07581273/0001-16	30.12.09	29.12.10			X				E
Observação:													
LEGENDA													
Área:													
<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3. Tecnologia da Informação; 4. Serviços de Copa e Cozinha; 5. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 6. Serviços de Brigada de Incêndio; 7. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 8. Outras. 													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Diadm/Suest-ES

Quadro 69 - Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
TC 004/2005	10	9	SUEST - ES
TC 005/2009	10	4	POLO BASE II - ES
TC 008/2010	09	10	SUEST - ES
TC 009/2010	09	02	POLO BASE II - ES
TC 015/2010	11	06	POLO BASE II - ES
TC 011/2008	01	02	SUEST - ES
TC 012/2008	01	09	SUEST - ES
LEGENDA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Área: 2. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 3. Tecnologia da Informação 4. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 5. Serviços de Copa e Cozinha; 6. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 7. Serviços de Brigada de Incêndio; 			



- | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none">8. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;9. Higiene e Limpeza;10. Vigilância Ostensiva;11. Outras. |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Diadm/Suest-ES

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Considerando que as diretrizes de gerenciamento de Recursos Humanos são emanadas da Unidade central, não há indicadores, até o presente momento, nem previsão de desenvolvê-los. Todavia, convém salientar que, após a realização dos exames periódicos, prevista para ser executada no segundo semestre de 2011, alguns aspectos dessa natureza serão passíveis de mensuração.



6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS

6.1 Transferências Efetuadas no Exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

Não se aplica a Suest-ES. A Superintendência não faz transferências a outros Órgãos ou Unidades

6.1.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Não se aplica a Suest-ES. A Superintendência não faz transferências a outros Órgãos ou Unidades

6.1.3 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

Quadro 70 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio e de Contratos de Repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Estadual da Funasa no Espírito Santo –Suest-ES					
CNPJ: 26.989.350/0019-45			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		01	-
		Montante Repassado		149.575,35	-
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	11	-
			Montante Repassado (R\$)	3.252.979,97	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
Montante Repassado (R\$)	-		-		
2009	Contas prestadas	Quantidade	25	-	
		Montante Repassado (R\$)	5.564.235,63	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	01	-	
		Montante Repassado (R\$)	455.478,80	-	
2008	Contas prestadas	Quantidade	19	-	
		Montante Repassado (R\$)	5.011.903,70	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	01	-	
		Montante Repassado (R\$)	320.000,00	-	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	01	-	
		Montante Repassado (R\$)	745.000,00	-	

Fonte: Siafi e planilha de controle interno

- Do total das transferências expiradas nos exercícios anteriores a 2008, apenas 01 no montante de R\$ 745.000,00 não foi prestada, porém encontra-se em TCE (Piúma 1256/01);
- Das 20 transferências expiradas no exercício de 2008, 19 prestaram contas, compreendendo o montante de 5.011.903,70 e apenas 01, no montante de 320.000,00 não foi prestada (Marataízes 1743/06). O processo está na Unidade central, mas já foi solicitado, visando o encaminhamento de Notificação para devolução do recurso.



- Das 26 transferências expiradas no exercício de 2009, 25 prestaram contas, compreendendo o montante de 5.564.235,63 e apenas 01, no montante de 455.478,80 não foi prestada (SEDURB 2146/05). O processo está na Unidade central, mas já foi solicitado e será encaminhada Notificação solicitando a devolução do recurso.
- Das 12 transferências expiradas no exercício de 2010, 11 prestaram contas, no montante de 3.252.979,97 e 01 ainda estava no prazo de prestação de contas em 31.12.10.

6.1.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.

Quadro 71 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos		
			Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Quantidade de contas prestadas		12	-	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	01	-	
		Montante repassado (R\$)	150.000,00	-	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	03	-
			Quantidade Reprovada	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade de TCE	01	-
			Quantidade	07	-
Montante repassado (R\$)		3.305.380,04	-		
2009	Quantidade de contas prestadas		26	-	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	05	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	21	-	
Montante repassado (R\$)		7.079.051,38	-		
2008	Quantidade de contas prestadas		46	-	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	13	-	
		Quantidade Reprovada	03	-	
		Quantidade de TCE	03	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	07	-	
		Montante repassado	1.316.151,47	-	
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	30	-	
		Montante repassado	8.515.173,28	-	

Fonte: Siafi e planilha de controle interno

6.2 Análise Crítica

- Do total de prestações de contas recebidas nos exercícios anteriores a 2008, 30 ainda não haviam sido analisadas até 31.12.10. Destas, 02 estão em análise financeira, 02 em Brasília (cujos objetos sempre foram analisados pela Cgcon/presidência) e 26 aguardam análise da área técnica de engenharia.



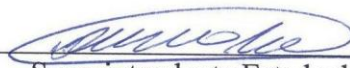
- Das 46 prestações de contas recebidas no exercício de 2008, 13 foram aprovadas, 03 foram reprovadas e estão em TCE, 02 em análise financeira, 01 encontra-se em Brasília (cujo objeto sempre foi analisado pela Cgcon/presidência) e 04 aguardam análise da área técnica de engenharia.
- Das 26 prestações de contas recebidas no exercício de 2009, 05 foram aprovadas, 15 encontram-se em análise financeira e 06 aguardam análise da área técnica de engenharia.
- Das 12 prestações de contas recebidas no exercício de 2010, 01 encontrava-se ainda dentro do prazo de análise em 31.12.10, 03 foram aprovadas, 01 encontra-se em TCE, 05 encontram-se em análise financeira e 02 aguardam análise da área técnica de engenharia.


7. REGISTROS ATUALIZADOS NO SISTEMA SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Nilton José de Andrade, CPF. Nº. 358.460.707-87, ocupante do cargo de Diretor de Administração desta Fundação Nacional de Saúde, declaro em observância ao item 7 do Anexo II da Decisão Normativa nº 107, de 27 de outubro de 2010, que as informações referentes aos contratos firmados por esta Unidade Gestora, estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº. 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Vitória, Espírito Santo, de 24 março de 2011.


Superintendente Estadual

 **Nilton José de Andrade**
Superintendente Estadual
da FUNASA/ES
Mat. SIAPE: 1477571

8. DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.



DECLARAÇÃO

Eu, Nilton José de Andrade, CPF. N°. 358.460.707-87, ocupante do cargo de Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado de (UF), declaro em observância ao Item 8 do Anexo II da Decisão Normativa nº 107, de 27 de outubro de 2010, que foram cumpridas as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas dos servidores lotados nesta UJ.

Vitória, Espírito Santo, de 24 março de 2011.


Superintendente Estadual

 **Nilton José de Andrade**
Superintendente Estadual
da FUNASA/ES
Mat. SIAPE: 1477571

9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Quadro 72 - Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	X				
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar					



mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Considerações gerais:					
A metodologia utilizada pela Suest-ES foi promover reunião com o Colegiado Gestor (Corege) para discutir o assunto. Em seguida foi encaminhada cópias do questionário para as unidades: Diadm, Diesp, Secon e Sesam e posteriormente consolidados.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					



10. INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 73 – Aspectos sobre a Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				X	
Considerações Gerais: A metodologia utilizada pela Suest-ES foi promover reunião com o Colegiado Gestor (Corege) para discutir o assunto. Em seguida foi encaminhada cópia do questionário para Equipe de Procedimentos Licitatórios (EPL) e, posteriormente,					



consolidados.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 73 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	ESPÍRITO SANTO	Σ	Σ
	Vitória	4.642.274,53	4.642.274,53
	Linhares	45.128,06	45.128,06
	Colatina	874.777,49	874.777,49
	Baixo Guandu	339.757,90	339.757,90
Subtotal Brasil		5.901.937,98	5.901.937,98
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		5.901.937,98	5.901.937,98

Fonte: Diadm/Suest-ES



Quadro 74 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
	UF "n"	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte:

Não houve ocorrência

Quadro 75 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
255008	5705.00245.500-8	12	4	1.988.000,00	18/10/2000	4.642.274,53	-	30.225,00
255008	5663.00033.500.6	12	4	19.656,00	22/08/2000	35.541,07		
255008	5629.00032.500.0	12	4	405.737,80	22/08/2000	490.675,21		
255008	5615.00002.500.7	12	4	279.852,30	22/08/2000	339.757,90		
255008	5663.00027.500.3	12	4	4.370,44	22/08/2000	9.586,99		



255008	5629.00033.500.6	12	4	167.786,58	22/08/2000	384.102,28		
Total							Σ	Σ

Fonte: Sistema de Administração de Patrimônio - ASIWEB

Desde que assumimos a área de Administração desta Funasa, juntamente com os nossos parceiros da Logística, Financeiro e Gestão de Contratos, temos como grau de dificuldade mais elevado para o bom desempenho das nossas funções, o estado em que se encontram as instalações do prédio onde funcionam a Suest-ES e o Núcleo do Ministério da Saúde.

Com mais de 30 anos de construções e pela sua proximidade com o mar, onde a corrosão pela maresia é mais intensa, o prédio sede não recebeu nenhuma manutenção preventiva das suas instalações. Hoje as condições de conservação da edificação estão totalmente comprometidas e com urgência de investimento. É preciso contratar uma empresa de estudos e projetos, avaliar as reais condições do prédio e o que é possível e necessário fazer. Após isso, licitar a obra de reforma o que exige tempo. Se não iniciarmos imediatamente o processo, os resultados ficarão, ainda, para 2012.

Ainda relacionado à reforma da sede da Superintendência, informamos que grande parte das **recomendações técnicas (sede) do Planejamento anual de 2010**, não foram cumpridas, devido as condições físicas do prédio. As ações dependem da reforma geral e os recursos ainda não foram descentralizados pela Unidade Central (Funasa – Presidência).

12. GESTÃO DE TI.

12.1 . Gestão de Tecnologia da Informação

Não se aplica à natureza jurídica da UJ. A Suest-ES não tem um estrutura formal de Tecnologia da Informação. Esta responsabilidade é de competência da Presidência da Funasa.



13. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO

Quadro 75 – Utilização de Cartões de Pagamento



ARTAO DE CREDITO PARA O RELATORIO GERENCIAL

Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

Exercício: 2010

Base: 31-JAN-2011

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UG Executora 36211
Mês de Referência DEZEMBRO
Tipo de Valor Saldo Atual

UG Executora

255008 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - ES

Entidade		Sq Cartão Pagto Gov Federal	Fatura - Cartão Pagto Gov. Fed
00000000000191	BANCO DO BRASIL SA		9.801,68
04565652722	ANDRE LUIZ TOSCANO DALMASIO	1.221,00	853,42
07687125215	GERALDO SALES CHA FILHO	760,00	2.334,89
08649939783	DANIELY DA SILVA ROSSI DALVI	350,00	7.420,66
25218824704	EUDIR CARDOSO OLIVEIRA	4.012,00	5.681,16
42061806791	DALVA MADEIRA DA SILVA	17.334,00	16.783,34
74261134772	JOAO DE PAULA GAVI		4.658,00
76451208787	NEIDE PIASSAROLI		4.600,26
79356150710	SIDNER KAFLER	20.925,00	17.067,64
79611575734	DAVI DA COSTA VILA REAL	1.343,43	1.447,25
98045717734	WALLACE ROCHA SIQUEIRA	18.531,00	9.552,17
Total		64.476,43	80.200,47



14. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não se aplica à natureza jurídica da UJ. A Sueste-ES não executa renúncia tributária, pois a gestão orçamentária e financeira e de responsabilidade da Presidência da Funasa.

15. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES DO TCU

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro 76 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

ITEM	ACÓRDÃO /DECISÃO	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	RECOMENDAÇÃO/DETERMINAÇÃO	ÁREA RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	SITUAÇÃO
01	701/2006-2ª Câmara-TCU	Ofício 776/2010 – TCU/SECEX-ES	Encaminhar informações acerca do estágio atual do cumprimento das determinações constantes dos itens 7 e 7.1 do Acórdão nº 701/2006 – 2ª Câmara, da listagem de Convênios em TCE que ali solicita.	Serviço de Convênios	Atendido pelo Memorando nº 207/CONVÊNIOS/GAB/CORE-ES/FUNASA.	- Concluídas TCE's referentes Convênios nºs 1219/97 e 603/98, do município de Conceição do Castelo/ES. - Concluídas TCE's referentes Convênios 1083/99 e 1084/99, do município de Bom Jesus do Norte/ES. - Ainda por concluir Aracruz/ES, Convênio nº 618/99.
02	3899/2010 – TCU – 2ª Câmara	Ofício 1266/2010 – TCU/SECEX-ES	Determinar a Funasa, no prazo de 30 dias, que proceda já a exclusão do nome do Sr. João Felício Scárdua da conta de “Diversos Responsáveis”.	Serviço de Convênios	Providências adotadas pela Auditoria/Funasa, em Brasília/DF.	Atendido.
03	973/2010 – TCU – Plenário	Ofício 1078/2010 – TCU/SECEX-ES	Determinar à Funasa, no prazo de 90 dias, adote medidas administrativas com vistas ao ressarcimento da quantia de R\$73.352,19, e, se necessário, seja instaurada a devida TCE – Município de São Mateus/ES, Convênios nº 2067/00 e 854/00.	Serviço de Convênios	Instauradas TCE's pelas Portarias nº 290 e 291/2010, datadas de 01.09.2010.	Tomadas de Contas em andamento, com procedimento de Notificação aos gestores municipais.



04	4350/2010 e 2627/2010 – TCU – 2ª Câmara	Ofício 1334/2010 – TCU/SECEX-ES	Acordam, por unanimidade, em retificar o Acórdão 2627/2010 – TCU – 2ª Câmara – Convênios 920/99, do município de Barra de São Francisco/ES.	Serviço de Convênios	Foi apenas para conhecer.	Conhecido.
05	5891/2010 – TCU – 2ª Câmara	Ofício 1494/2010 – TCU/SECEX-ES	Para conhecer e apreciar o processo que versa sobre TCE (TC 026.259/2007-0), bem como do relatório e voto que o fundamentam.	Serviço de Convênios	Foi apenas para conhecer.	Conhecido.



15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve deliberações pendentes no exercício.

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

15.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

PLANO DE PROVIDÊNCIAS

RELATÓRIO NR : 224401
UCI 170973 : CG DE AUDITORIA DA ÁREA DE SAÚDE
EXERCÍCIO : 2009
UNID CONSOLIDADA : FUNASA/CORE/ES
CODIGO : 255008
MUNICÍPIO : VITÓRIA
UF : ES

UJ responsável pela apresentação do processo anual de contas: FUNASA / CORE-ES
Relatório de Auditoria / Nota de Auditoria / Nota Técnica nº: 244109

1.a CONSTATAÇÃO (001)

Ausência de ressarcimento ao erário dos valores da vantagem prevista no artigo 184, inciso II, da Lei nº 1.711/1952 pagos indevidamente a aposentados e pensionistas num montante de R\$ 59.473,80 até março/2010.

1.b-Recomendação: 001

Ressarcir ao erário os valores da vantagem prevista no artigo 184, inciso II, da Lei nº 1.711/1952 pagos indevidamente aos interessados identificados, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990, observada a prescrição quinquenal.

1.1 Providências a serem Implementadas

R: A inconsistência foi retificada na FOLHA DE PAGAMENTO do mês de MARÇO/2010, com posterior instauração dos procedimentos inerentes à reposição ao erário dos valores recebidos indevidamente a esse título, nos termos do §1º, art. 46, da LEI nº 8.112/90, observando, ainda, o contraditório e a ampla defesa preconizados pela LEI nº 9.784/99.

1.1.a. Prazo de atendimento: Imediato.

1.1.b. Situação em: março de 2011

R: Os descontos já foram efetuados nas FOLHAS DE PAGAMENTO dos envolvidos, salvo na do servidor inativo matrícula sipe nº 493197, em virtude de medida cautelar concedida nos autos da Ação nº 2010.50.50.005373-0.

2.a CONSTATAÇÃO (002)

Alterações indevidas nos valores das pensões dos instituidores que faleceram na vigência da Lei nº 10.887/2004.

2.b-Recomendação: 001



Corrigir o pagamento das pensões identificadas, após a comunicação desta impropriedade aos pensionistas dos instituidores de pensão mencionados com a concessão do prazo legal para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório.

2.1 Providências a serem Implementadas

R: Após o cálculo oriundo da correção nos valores das pensões, as beneficiárias foram devidamente comunicadas das reduções, com a observância do contraditório e da ampla defesa, conforme se depreende das Cartas nº 197 a 240 /Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 27.05.2010.

2.1.a. Prazo de atendimento: Imediato.

2.1.b. Situação em: março de 2011

R: Atendida.

2.c-Recomendação: 002

Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos pensionistas dos instituidores identificados para fim de ressarcimento ao Erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990, observada a prescrição quinquenal.

2.2 Providências a serem Implementadas

R: Depois da apuração dos valores pagos indevidamente a esse título, foram instaurados os procedimentos inerentes à reposição ao erário daquelas quantias, nos termos do §1º, art. 46, da LEI nº 8.112/90.

2.2.a. Prazo de atendimento: Imediato.

2.2.b. Situação em: março de 2011

R: Os descontos estão sendo efetuados nas FOLHAS DE PAGAMENTO dos envolvidos, condicionados à observância dos prazos de recurso e demais alternativas de defesa garantidas por lei, inclusive judiciais.

2.d-Recomendação: 003

Abster-se de estender reajustes de remuneração e vantagens concedidos aos servidores ativos aos pensionistas dos instituidores de pensão cujos benefícios são regidos pela Lei nº 10.887/2004, por contrariar o artigo 15 dessa mesma lei, com a redação da Lei nº 11.784/2008.

2.3 Providências a serem Implementadas

R: Além da revisão geral realizada para detectar situações análogas, os contextos supervenientes estão sendo apreciadas em consonância com a recomendação sob enfoque.

2.1.a. Prazo de atendimento: Imediato.

2.1.b. Situação em: março de 2011

R: Atendida.



3.a CONSTATAÇÃO (003)

Ausência de aplicação da média aritmética prevista no artigo 1º da Lei nº 10.887/2004 no cálculo dos proventos dos servidores que se aposentaram por invalidez na vigência da Lei nº 10.887/2004.

3.b-Recomendação: 001

Revisar as aposentadorias dos interessados para enquadrá-las no artigo 40, ÷ 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, na vigência da Lei nº 10.887/2004, que regulamentou a Emenda Constitucional nº 41/2003, após a comunicação do fato aos interessados com a concessão prazo legal para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório. Em consequência, recalcular os proventos dos interessados segundo a média aritmética prevista no artigo 1º da Lei nº 10.887/2004.

3.1 Providências a serem Implementadas

R: A recomendação em tela foi observada conforme descrito.

3.1.a. Prazo de atendimento: Imediato.

3.1.b. Situação em: março de 2011

R: Atendida.

3.c-Recomendação: 002

Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos interessados nos termos do artigo 46 da Lei nº 10.887/2004, observando a prescrição quinquenal.

3.2 Providências a serem Implementadas

R: A recomendação em tela foi observada conforme descrito.

3.2.a. Prazo de atendimento: Imediato.

3.2.b. Situação em: março de 2011

R: Atendida.

4.a CONSTATAÇÃO (004)

Pagamentos indevidos de vantagem pessoal nominalmente identificada - VPNI decorrente do Princípio da Irredutibilidade de Proventos (rubrica SIAPE nº 82601).

4.b-Recomendação: 001

Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos interessados por meio da rubrica SIAPE nº 82601 VPNI-IRRED.REM.ART.37- XV CF para fim de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.

4.1 Providências a serem Implementadas

R: Depois da apuração dos valores pagos indevidamente a esse título, foram instaurados os procedimentos inerentes à reposição ao erário daquelas quantias, nos termos do §1º, art. 46, da LEI nº 8.112/90, conforme se depreende, também, das CARTAS nº 451 e 452/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 16.08.2010.

4.1.a. Prazo de atendimento: Imediato.



4.1.b. Situação em: março de 2011

R: Atendida.

4.c-Recomendação: 002

Absorver o valor da rubrica SIAPE 82601 VPNI-IRRED.REM.ART.37-XV CF na mesma proporção dos aumentos de proventos dos interessados de matr. SIAPE nº 0500538 e de nº 0499780, em conformidade com o princípio da irredutibilidade de proventos.

4.2 Providências a serem Implementadas

R: A recomendação em evidência será observada nos contextos supervenientes.

4.2.a. Prazo de atendimento: Condicionado ao aumento dos proventos.

4.2.b. Situação em: março de 2011

R: Atendida.

5.a CONSTATAÇÃO (005)

Pagamentos indevidos de vantagens aos integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, por meio das rubricas SIAPE nº 00175, 00243, 00464, 00604 e 00641, o que contraria os artigos 5º e 144 da Lei nº 11.355/2006.

5.b-Recomendação: 001

Formalizar, de imediato, processos administrativos visando informar a presente constatação a todos os servidores, aposentados e pensionistas de instituidores de pensão identificados, para impossibilitar que esses interessados aleguem na Justiça Federal a decadência do direito da União de rever seus atos, com fundamento no artigo 54 da Lei nº 9.784/99, e para possibilitar maior efetividade do julgamento do Tribunal de Contas da União sobre a matéria.

5.1 Providências a serem Implementadas

R: A rubrica 00175 foi excluída na FOLHA DE PAGAMENTO do mês de AGOSTO/2010, tendo em vista o PROCESSO nº 25150.00.852/2010-46.

5.1.a. Prazo de atendimento: Imediato.

5.1.b. Situação em: março de 2011

R: Atendida.

5.c-Recomendação: 002

Excluir as rubricas SIAPE nº 00243 - GRAT.LEI 8460/92 ART.7 - AT, nº 00604 - VANTAGEM INDIV.ART 9 L 8460/92, nº 00175 - VANT.PES.ART 13 LEI 8216 APOS. e nº 00641- VANTAGEM PES ART 13 L 8216/92 da ficha financeira dos integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, após a comunicação deste fato aos interessados com a concessão de prazo para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório.



5.2 Providências a serem Implementadas

R: A rubrica 00243 subsiste em virtude das justificativas apresentadas no teor do OFÍCIO nº 158/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.04.2010, reiterado pelo OFÍCIO nº 268/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.06.2010.

5.2.a. Prazo de atendimento: não se aplica.

5.2.b. Situação em: março de 2011

R: Atendida Parcialmente.

5.d-Recomendação: 003

Corrigir o valor da rubrica SIAPE nº 82490 - VPNI - ÷1º ART.147, LEI 11355/2006 paga aos servidores de matr. SIAPE nº 0468062 e nº 0471244, após comunicação deste fato aos interessados com a concessão de prazo para que eles exerçam seu direito à ampla defesa e ao contraditório.

5.3 Providências a serem Implementadas

R: As rubricas antes citadas subsistem em virtude das justificativas apresentadas no teor do OFÍCIO nº 158/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.04.2010, reiterado pelo OFÍCIO nº 268/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.06.2010.

5.3.a. Prazo de atendimento: não se aplica.

5.3.b. Situação em: março de 2011

R: Não Atendida.

5.e-Recomendação: 004

Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos interessados para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.

5.4 Providências a serem Implementadas

R: Não se aplica.

5.4.a. Prazo de atendimento: não se aplica.

5.4.b. Situação em: março de 2011

R: Não Atendida.

5.f-Recomendação: 005

Abster-se de pagar a Gratificação prevista no artigo 7º da Lei nº 8.460/1992 (rubrica SIAPE nº 00243), a Diferença de vencimentos prevista no artigo 17 da Lei nº 9.624/1998 (rubrica SIAPE nº 00464), a Vantagem Individual prevista no artigo 9º da Lei nº 8.460/1992 (rubrica SIAPE nº 00604) e a Vantagem Pessoal prevista no artigo 13 da Lei nº 8.216/1991 (rubricas SIAPE nº 00175 e 00641) a servidores, aposentados e pensionistas de instituidores integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, por contrariar o artigo 144 da Lei nº 11.355/2006.



5.5 Providências a serem Implementadas

R: Os contextos supervenientes estão sendo apreciadas em consonância com a recomendação sob enfoque.

5.5.a. Prazo de atendimento: Imediato.

5.5.b. Situação em: março de 2011

R: Atendida.

6.a CONSTATAÇÃO (006)

Pagamento da VPNI prevista no artigo 7º, parágrafo único, da Lei nº 10.483/2002 aos integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, em desacordo com o artigo 144 da Lei nº 11.355/2006.

6.b-Recomendação: 001

Formalizar, de imediato, processos administrativos visando informar a presente constatação a todos os servidores, aposentados e pensionistas de instituidores de pensão identificados, para impossibilitar que esses interessados aleguem na Justiça Federal a decadência do direito da União de rever seus atos, com fundamento no artigo 54 da Lei nº 9.784/99, e para possibilitar maior efetividade do julgamento do Tribunal de Contas da União sobre a matéria.

6.1 Providências a serem Implementadas

R: Diante do posicionamento da COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS vislumbrado no âmbito do *item 5* do MEMORANDO CIRCULAR nº 09/Cgerh/Deadm, de 08.02.2011, protocolo nº 25100.002.757/2011-00, o SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS desta SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL da FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE no Estado do ESPÍRITO SANTO instaurou o PROCESSO nº 25150.000.892/2011-17 e irá promover a notificação dos envolvidos a respeito da exclusão das rubricas 82162 e 82164, relativas à GRATIFICAÇÃO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA.

6.1.a. Prazo de atendimento: 04.05.2011

6.1.b. Situação em: março de 2011

R: Em andamento.

6.c-Recomendação: 002

Excluir as rubricas SIAPE nº 82162 - VPNI ART.7 UNICO L.10483/02 e 82163 - VPNI ART.7 UNIC L.10483/02AP da ficha financeira dos integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, após comunicação deste fato aos interessados com a concessão de prazo para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório.

6.2 Providências a serem Implementadas

R: Os trâmites serão iniciados depois de adotada a providência relatada na recomendação nº 001.

6.2.a. Prazo de atendimento: 30.05.2011

6.2.b. Situação em: março de 2011



R: Não atendida.

6.d-Recomendação: 003

Corrigir o valor da rubrica SIAPE nº 82490 - VPNI - ÷1º ART.147, LEI 11355/2006 paga aos servidores de matr. SIAPE nº 0468062 e nº 0471244, após comunicação deste fato aos interessados com a concessão de prazo para que eles exerçam seu direito à ampla defesa e ao contraditório.

6.3 Providências a serem Implementadas

R: Repetição indevida do item 5.d.

6.3.a. Prazo de atendimento: não se aplica.

6.3.b. Situação em: março de 2011

R: Não se aplica.

6.e-Recomendação: 004

Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos interessados para fim de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.

6.4 Providências a serem Implementadas

R: Repetição indevida do item 5.e.

6.4.a. Prazo de atendimento: não se aplica.

6.4.b. Situação em: março de 2010

R: Não se aplica.

6.f-Recomendação: 005

Abster-se de pagar a VPNI prevista no artigo 7º, parágrafo único, da Lei nº 10.483/2002 (rubricas SIAPE nº 82162 e 82163) a servidores, aposentados e pensionistas de instituidores integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, por contrariar o artigo 144 da Lei nº 11.355/2006.

6.5 Providências a serem Implementadas

R: Os contextos supervenientes estão sendo apreciadas em consonância com a recomendação sob enfoque.

6.5.a. Prazo de atendimento: Imediato.

6.5.b. Situação em: março de 2011

R: Atendida.

7.a CONSTATAÇÃO (007)

Pagamento da gratificação de raios-x em percentual superior ao previsto no artigo 12, § 5º, da Lei nº 8.270/1991.



7.b-Recomendação: 001

Corrigir o pagamento da gratificação de raios-x ao pensionista do instituidor de pensão de matr. SIAPE nº 0493718, nos termos da Lei nº 8.270/1991, artigo 12, ÷ 2º, e da reiterada jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão TCU nº 5.566/2009 - 1ª Câmara, após a comunicação da impropriedade ao interessado com a concessão do prazo legal para que ele exerça seu direito à ampla- defesa e ao contraditório.

7.1 Providências a serem Implementadas

R: Considerando que essa situação não foi avaliada em tempo oportuno, por um lapso, tal ato será empreendido com a apreciação do processo de aposentadoria e de pensão.

7.1.a. Prazo de atendimento: 04.05.2011

7.1.b. Situação em: março de 2011

R: Em andamento.

7.c-Recomendação: 002

Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente ao interessado para fim de ressarcimento ao Erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.

7.2 Providências a serem Implementadas

R: Considerando que essa situação não foi avaliada em tempo oportuno, por um lapso, tal ato será empreendido com a apreciação do processo de aposentadoria e de pensão.

7.2.a. Prazo de atendimento: 04.05.2011

7.2.b. Situação em: março de 2011

R: Em andamento.

7.d-Recomendação: 003

Abster-se de realizar pagamentos da gratificação de raios-x em valores superiores a 10% do vencimento ou provento básico de servidores, aposentados ou instituidores de pensão, em obediência ao artigo 12, ÷÷ 2º e 3º, da Lei nº 8.270/1991.

7.3 Providências a serem Implementadas

R: Os contextos supervenientes estão sendo apreciadas em consonância com a recomendação sob enfoque.

7.3.a. Prazo de atendimento: Imediato.

7.3.b. Situação em: março de 2011

R: Atendida.

8.a CONSTATAÇÃO (008)

Pagamento judicial de vantagens decorrentes de planos econômicos em desacordo com a reiterada jurisprudência do Tribunal de Contas da União e com orientações da SRH/MP.



8.b-Recomendação: 001

Formalizar, de imediato, processos administrativos visando informar a presente constatação a todos os servidores, aposentados e pensionistas de instituidores de pensão identificados para suspender o prazo decadencial previsto no Decreto nº 20.910/1932 e para possibilitar maior efetividade do julgamento do Tribunal de Contas da União sobre a matéria.

8.1 Providências a serem Implementadas

R: A conjuntura antes citadas subsiste em virtude das justificativas apresentadas no teor do OFÍCIO nº 158/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.04.2010, reiterado pelo OFÍCIO nº 268/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.06.2010.

8.1.a. Prazo de atendimento: Não se aplica.

8.1.b. Situação em: março de 2011

R: Não atendida.

8.c-Recomendação: 002

Corrigir o pagamento das vantagens judiciais relativas a planos econômicos segundo as orientações da SRH/MP, contidas no Ofício- circular nº 14/2007 - SRH/MP e na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 2.161/2005 - Plenário e nº 2.056/2010 - 2ª Câmara, após a comunicação da impropriedade aos interessados com a concessão do prazo legal para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório.

8.2 Providências a serem Implementadas

R: A conjuntura antes citadas subsiste em virtude das justificativas apresentadas no teor do OFÍCIO nº 158/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.04.2010, reiterado pelo OFÍCIO nº 268/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.06.2010.

8.2.a. Prazo de atendimento: Não se aplica.

8.2.b. Situação em: março de 2011

R: Não atendida.

8.d-Recomendação: 003

Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos interessados, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990, observada a prescrição quinquenal.

8.3 Providências a serem Implementadas

R: A conjuntura antes citadas subsiste em virtude das justificativas apresentadas no teor do OFÍCIO nº 158/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.04.2010, reiterado pelo OFÍCIO nº 268/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.06.2010.

8.3.a. Prazo de atendimento: Não se aplica.

8.3.b. Situação em: março de 2011

R: Não atendida.



8.e-Recomendação: 004

Adotar o procedimento de absorver os valores das vantagens judiciais decorrentes de planos econômicos, sempre que forem estabelecidas novas tabelas de vencimentos básicos para os beneficiários dessas vantagens, decorrentes de aumentos não lineares ou de estruturas, reestruturções ou reorganizações de carreira, em obediência à jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo dos Acórdãos 531/2007 - 2ª Câmara a 535/2007 - 2ª Câmara, 2.161/2005 - Plenário e nº 3.533/2006 - 2ª Câmara. Esse procedimento deve ser adotado até a absorção completa das vantagens.

8.4 Providências a serem Implementadas

R: A conjuntura antes citadas subsiste em virtude das justificativas apresentadas no teor do OFÍCIO nº 158/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.04.2010, reiterado pelo OFÍCIO nº 268/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 23.06.2010.

8.4.a. Prazo de atendimento: Não se aplica.

8.4.b. Situação em: março de 2011

R: Não atendida.

9.a CONSTATAÇÃO (009)

Pagamento da Diferença de Vencimentos prevista no artigo 7º da Lei nº 8.270/1991 (rubrica SIAPE 00490) e do percentual da GAE sobre essa Diferença (rubrica SIAPE 00492), contrariando o artigo 144 da Lei nº 11.355/2006 e reiterada jurisprudência do Tribunal de Contas da União, num montante de R\$ 44.339,20.

9.b-Recomendação: 001

Excluir a rubrica SIAPE nº 82490 - VPNI- ÷ 1º ART.147, LEI 11355/2006 da ficha financeira dos servidores de matr. SIAPE nº 0472463, 0520127 e 6479736, após comunicação deste fato aos interessados com a concessão de prazo para que eles exerçam seu direito à ampla defesa e ao contraditório.

9.1 Providências a serem Implementadas

R: Diante do posicionamento da COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS vislumbrado no âmbito do MEMORANDO CIRCULAR nº 22/Cgerh/Deadm/Funasa, de 25.03.2011, protocolo nº 25100.006.317/2011-13, o SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS desta SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL da FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE no Estado do ESPÍRITO SANTO irá promover a notificação dos envolvidos a respeito da exclusão das rubricas 82490, relativas à DIFERENÇA DE VENCIMENTOS.

9.1.a. Prazo de atendimento: 04.05.2011

9.1.b. Situação em: março de 2011

R: Em andamento.

9.c-Recomendação: 002

Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos interessados por meio das rubricas SIAPE nº 00490 DIF VENC. ART. 7 L 8270/91, nº 00492 GAE/GCT DIF VC ART 7 L 8270/92 e nº 82490 - VPNI- ÷ 1º ART.147, LEI 11355/2006 para fim de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990, observada a prescrição quinquenal.



9.2 Providências a serem Implementadas

R: Os trâmites serão iniciados depois de adotada a providência relatada na recomendação nº 001.

9.2.a. Prazo de atendimento: 04.05.2011

9.2.b. Situação em: março de 2011

R: Em andamento.

9.d-Recomendação: 003

Abster-se de pagar vantagem pecuniária decorrente da aplicação do percentual de 160%, relativo à Gratificação de Atividade Executiva - GAE, sobre a Diferença de Vencimentos prevista no artigo 7º da Lei nº 8.270/1991 (rubrica SIAPE nº 00492 GAE/GCT DIF VC ART 7 L 8270/92), por contrariar reiterada jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 4.101/2008 - 1ª Câmara.

9.3 Providências a serem Implementadas

R: Os contextos supervenientes estão sendo apreciadas em consonância com a recomendação sob enfoque.

9.3.a. Prazo de atendimento: Imediato.

9.3.b. Situação em: março de 2011

R: Atendida.

9.e-Recomendação: 004

Abster-se de pagar a Diferença de Vencimentos prevista no artigo 7º da Lei nº 8.270/1991 (rubrica SIAPE 00490) a servidores, aposentados e pensionistas de instituidores integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, por contrariar o artigo 144 da Lei nº 11.355/2006.

9.4 Providências a serem Implementadas

R: Os contextos supervenientes estão sendo apreciadas em consonância com a recomendação sob enfoque.

9.4.a. Prazo de atendimento: Imediato.

9.4.b. Situação em: março de 2011

R: Atendida.

10.a CONSTATAÇÃO (010)

Pagamento de auxílio-transporte a servidores que utilizam transporte não convencional em desacordo com orientações do TCU e da SRH/MP.

10.b-Recomendação: 001

Realizar o pagamento de auxílio-transporte para custeio de deslocamentos intermunicipais e interestaduais em ônibus rodoviários apenas contra apresentação do quantitativo de bilhetes de passagens utilizados no mês anterior, em obediência à jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 2.211/2005 - Plenário, e à orientação da



Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contida em Despacho no processo nº 04500.001206/2008-32.

10.1 Providências a serem Implementadas

R: Os servidores envolvidos no contexto foram notificados dessa circunstância por meio da CARTA CIRCULAR nº 005/Sereh/Gab-Coordenador/Core-ES, de 20.05.2010. Não obstante, é importante assinalar que a maioria dos interessados foram **redistribuídos ex-offício** para o NÚCLEO ESTADUAL do MINISTÉRIO DA SAÚDE no Estado do ESPÍRITO SANTO através da PORTARIA nº 1.659, de 29.06.2010, publicada no DIÁRIO OFICIAL DE UNIÃO nº 125, de 02.07.2010, seção 02, pg.51, e da PORTARIA nº 2.742, de 13.09.2010, publicada no DIÁRIO OFICIAL DE UNIÃO nº 176, de 14.09.2010, seção 02, pg.35, motivo pelo qual esta FUNDAÇÃO não tem autonomia para conceder referido benefício, nem sequer aplicar tal recomendação naqueles casos. Além disso, a ORIENTAÇÃO NORMATIVA nº 3, de 15.03.2011, expedida pela SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS do MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, E GESTÃO, vedou o pagamento de auxílio transporte quando se utiliza serviço de transporte regular rodoviário seletivo ou especial no deslocamento residência/trabalho/residência.

10.1.a. Prazo de atendimento: Imediato.

10.1.b. Situação em: março de 2011

R: Atendida.

10.c-Recomendação: 002

Manter os bilhetes de passagens arquivados e em bom estado de conservação pelo prazo mínimo estabelecido no artigo 211, ÷ 2º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, ou seja, de 5 (cinco) anos após a publicação do ato de julgamento pelo Tribunal das contas da Unidade do exercício no qual os bilhetes de passagem foram utilizados.

10.2 Providências a serem Implementadas

R: Tal recomendação remanesceu prejudicada, pois a ORIENTAÇÃO NORMATIVA nº 3, de 15.03.2011, expedida pela SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS do MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, E GESTÃO, vedou o pagamento de auxílio transporte quando se utiliza serviço de transporte regular rodoviário seletivo ou especial no deslocamento residência/trabalho/residência.

10.2.a. Prazo de atendimento: Imediato.

10.2.b. Situação em: março de 2011

R: Atendida.

11.a CONSTATAÇÃO (020)

Restrição à competitividade em processo licitatório.

11.b-Recomendação: 001

Considerando que o contrato 07/2009 encontra-se com a vigência expirada, recomendamos, nas próximas contratações, observar o art. 24, V da Lei 8.666/93, no sentido de que sejam mantidas todas as condições preestabelecidas.



11.1 Providências a serem Implementadas

R: A partir do exercício de 2010 não houve mais restrição no processo licitatório (preferência a fornecedores domiciliados no município de Aracruz-ES), conforme consta no item 3.2.1 do Termo de Referência do Edital nº 004/2010. O Contrato nº 05/2010 para fornecimento de medicamentos foi firmado conforme condições preestabelecidas no edital, relativo ao Processo 25150.012.225/09-62, atendendo o normativo legal.

11.1.a. Prazo de atendimento: Imediato.

11.1.b. Situação em: março de 2011

R: Atendida.

11.c-Recomendação: 002

Avaliar e demonstrar no processo licitatório a real necessidade de se manter no Termo de Referência, que compõe o Contrato, a cláusula de que o licitante vencedor deverá ser domiciliado no município de Aracruz/ES, tendo em vista que o prazo de 12(doze) horas para entrega dos medicamento atende à FUNASA/ES.

11.2 Providências a serem Implementadas

R: Foi suprimida a solicitação de domicílio do licitante em Aracruz-ES, adequando e estabelecido prazo de atendimento, inclusive no processo para 2011 (25150.005.374/10-17).

11.2.a. Prazo de atendimento: Imediato.

11.2.b. Situação em: março de 2011

R: Atendida.

12.a CONSTATAÇÃO (021)

Pagamento de medicamentos não previstos no contrato.

12.b-Recomendação: 001

Proceder à compra de medicamento manipulado apenas com previsão contratual expressa, bem como avaliar a conveniência e oportunidade, nos termos do princípio da economicidade, da "ADJUDICAÇÃO do OBJETO por ITEM" conforme preceitua a Nota Técnica PGF/PF/FUNASA nº 04/2009, possibilitando, dessa forma, a contratação de mais de uma empresa para fornecimento dos medicamentos pretendidos.

12.1 Providências a serem Implementadas

R: No Processo nº 25150.005.374/2010-17, para atender a demanda de medicamentos para o presente exercício, foi incluído item específico para medicamento manipulado.

12.1.a. Prazo de atendimento: Imediato.

12.1.b. Situação em: março de 2011

R: Atendida.



13.a CONSTATAÇÃO (022)

Compra de medicamentos para indígenas, sem cobertura contratual.

13.b-Recomendação: 001

Abster-se de realizar despesa sem respaldo contratual, tendo em vista o desatendimento ao art. 60, parágrafo único da lei 8.666/93.

13.1 Providências a serem Implementadas

R: No segundo semestre do exercício de 2009, após superado diversos entraves de ordens administrativas e jurídicas, foi formalizado o CONTRATO de nº 007/2009 através do PROCESSO nº 25150.000.520/9-76, regularizando a aquisição de medicamentos naquele exercício.

Já no exercício de 2010, apesar do processo licitatório iniciar-se no exercício anterior, a licitação (pregão nº 08) para fornecimento de medicamentos foi deserta por duas vezes. Porém, utilizando outro embasamento legal da 8.666/93, (Inc.V, art.24), foi possível formalizar o Contrato nº 005/2010, através do Processo 25150.012.225/09-62, atendendo o normativo legal.

Para o exercício de 2011, o processo licitatório iniciado no exercício anterior foi concluído com êxito (processo 25150.005.374/10-17), Pregão nº 30/20, e formalização contratual através da Ata de Registro de Preços nº 001/2011, atendendo o normativo legal.

13.1.a. Prazo de atendimento: Imediato.

13.1.b. Situação em: março de 2011

R: Atendida.

13.c-Recomendação: 002

Cumprir a Orientação Normativa nº 04/AGU, de 1º/04/2009, no sentido de apurar a responsabilidade de quem deu causa às despesas sem cobertura contratual.

13.2 Providências a serem Implementadas

R: .

13.2.a. Prazo de atendimento: Imediato.

13.2.b. Situação em: março de 2011

R: Atendida.

14.a CONSTATAÇÃO (023)

Não apresentação de pesquisa de preços anterior à aquisição de medicamentos para indígenas.

14.b-Recomendação: 001

Realizar cotação de preços anterior à aquisição de medicamentos para indígenas de forma a abranger o mercado que atenda à necessidade da CORE/ES e que a pesquisa tenha a maior abrangência possível, atendendo ao princípio da economicidade.

14.1 Providências a serem Implementadas



R: O processo 25150.012.225/09-62 foi precedido de cotação prévia, conforme folhas 263, 292 e 293, a título de pesquisa de preço/percentual de desconto. Também no processo 25150.0065.374/10-17, pesquisa conforme folhas 10,11, 12, 13 e 17, atendendo a recomendação de Auditoria e da PGF.

14.1.a. Prazo de atendimento: Imediato.

14.1.b. Situação em: março de 2011

R: Atendida.

15.a CONSTATAÇÃO (024)

Falha no controle das ordens de fornecimento de medicamentos.

15.b-Recomendação: 001

Evidenciar, nas ordens de fornecimento de medicamentos, o que vai ser fornecido, quanto vai ser fornecido e a quem a CORE/ES vai autorizar o fornecimento, estabelecendo desta forma um controle eficaz de fornecimento de medicamentos a indígenas.

15.1 Providências a serem Implementadas

R: Através dos Termos de Referências, quando da sua confecção, foi elaborado novo modelo de Autorização de fornecimento de medicamentos, de forma que permite um maior controle no atendimento das demandas de medicamentos a pacientes indígenas.

15.1.a. Prazo de atendimento: Imediato.

15.1.b. Situação em: março de 2011

R: Atendida.

16.a CONSTATAÇÃO (025)

Convênio expirado com prazo de aprovação de prestação de contas vencido.

16.b-Recomendação: 001

Reiteramos a recomendação constante do item 3.1.1.1 do do Anexo I ao Relatório de Gestão 2009 - RA224401 e recomendamos à unidade observar o prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de pronunciar-se sobre a aprovação ou não das prestações de contas apresentadas.

16.1 Providências a serem Implementadas

R: Foi encaminhado o MEMORANDO CIRCULAR nº 004/Gab-Coordenador/Core-ES, de 19.04.2010, acompanhado da relação dos CONVÊNIOS enquadrados na condição contraditória ao que estabelece o artigo 31 da INSTRUÇÃO NORMATIVA STN nº 01/97, determinando, além disso, a notificação formal do conveniente e a correspondente instauração de TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE – na hipótese do prazo expirar sem que o município sane as pendências.

16.1.a. Prazo de atendimento: Imediato.

16.1.b. Situação em: março de 2011



R: Atendida.

17.a CONSTATAÇÃO (026)

Inúmeras prorrogações infrutíferas de processo de Tomada de Contas Especial objetivando conclusão de objeto de convênio.

17.b-Recomendação: 001

Considerando as inúmeras prorrogações, concluir a TCE até 31/12/2010.

17.1 Providências a serem Implementadas

R: A Tomada de Contas Especial está em fase de conclusão.

17.1.a. Prazo de atendimento: 31.08.2011.

17.1.b. Situação em: março de 2011

R: Em andamento.

17.c-Recomendação: 002

Negociar a conclusão dos objetos dos convênios anteriormente à Tomada de Contas especial, atentando-se para os prazos previstos na IN - TCU Nº 56, de 5 DEZEMBRO de 2007 e para a definição de TCE contida na mesma IN, bem como na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU n.º 127/2008.

17.2 Providências a serem Implementadas

R: Os contextos supervenientes estão sendo apreciadas em consonância com a recomendação sob enfoque.

17.2.a. Prazo de atendimento: Imediato.

17.2.b. Situação em: março de 2011

R: Atendida.

NILTON JOSÉ DE ANDRADE
Superintendente Estadual



16. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

16.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa

Quadro 77. - Declaração Plena do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado do Espírito Santo			255008
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis* constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>RESTRICAO TITULO</p> <p>163 SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.</p> <p>460 APROPRIACAO DESPESAS FORA PERIODO COMPETENCIA</p> <p>973 FALTA DE TEMPESTIVIDADE NA REMESSA DE DOCUMEN.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF.	Data	21/01/2011
Contador Responsável	 Evanice Camargo Cardoso	CRC n°	4763
Ordenador de Despesas	 Assinatura/carimbo		
			



17. CONCLUSÃO

Considerando as dificuldades mencionadas no presente instrumento, pela análise do exposto, conclui-se que a Suest-ES cumpriu com suas responsabilidades institucionais ao longo do exercício de 2010.

Analisando o desenvolvimento das ações de saneamento básico, destacamos que as metas programadas geralmente ultrapassam o exercício atual, por tratar-se de obras que necessitam de dois ou mais exercícios para serem concluídas. A conclusão da execução física destas metas depende da complexidade da obra. Constata-se que há um emperramento dos processos nas prefeituras em razão da baixa capacidade técnica para elaborar projetos, providenciar o licenciamento ambiental, obter outorgas etc.

No que tange à Atenção à Saúde dos Povos Indígenas o ano de 2010 foi marcado pela criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), no âmbito do Ministério da Saúde, por meio do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010. Analisando os indicadores de assistência à saúde dos índio no Espírito Santo, podemos constatar que os índices foram alcançados de forma satisfatória, em sua maioria, proporcionando melhor qualidade de vida para mais de 3.000 indígenas.

Por fim, o conjunto de informações contidas neste documento demonstra que embora muitos avanços tenham sido consolidados, ainda há muito em que se melhorar.

FUNASA



Fundação
Nacional
de Saúde

Ministério da
Saúde

G O V E R N O F E D E R A L

BRASIL

PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA